



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

“A importância da preparação de um processo de autonomia para o sucesso pós institucional”

Patrícia Alexandra Ferreira Moreira

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para
Obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em
Risco de Exclusão Social

Orientador: Prof. Doutor José Alberto Reis

Julho
2022

“A importância da preparação de um processo de autonomia para o sucesso pós institucional”

Patrícia Alexandra Ferreira Moreira

ISSSP
Julho 2022

Agradecimentos:

Eu, Patrícia, agradeço aos meus pais por todo o apoio económico e principalmente por toda a motivação que foram passando desde o início do mestrado até ao fim, sem nunca desistirem de mim. Obrigada.

Eu, Patrícia, agradeço à minha irmã por toda a ajuda dada ao longo do mestrado. Obrigada.

Eu, Patrícia, agradeço ao Professor Doutor José Alberto Reis todo o apoio, dedicação, empenho e ensinamentos que sempre me deu, foram e serão sempre uma mais-valia para o meu percurso profissional e pessoal. Obrigada.

Eu, Patrícia, agradeço ao Dr. Ricardo Santos e aos jovens da “casa da eira”, por todas as vivências passadas no âmbito do mestrado. Sobretudo por todos os ensinamentos que transmitiu, pois retiro contributos para o meu percurso profissional e pessoal. Obrigada.

Eu, Patrícia, agradeço a todas as colegas que partilharam comigo este mestrado, em particular a Ana Rita, Joana e Camila por toda a ajuda e apoio que deram ao longo destes dois anos. Obrigada.

Eu, Patrícia, agradeço ao meu namorado por toda ajuda e compreensão que teve para comigo ao longo do mestrado.

Resumo

A presente investigação estudo tem como objetivo principal por objetivo central analisar as percepções dos jovens que experienciam o acolhimento residencial acerca do seu processo de autonomia, bem como da forma como vivenciam a sua preparação. Pretende-se analisar de que forma os técnicos das instituições preparam a saída dos jovens durante o processo de acolhimento residencial, bem como as suas percepções sobre a sua importância para o sucesso da saída.

No sentido de compreender estas questões foi realizado um estudo com 4 jovens da “casa da eira”, através de entrevista realizada para o efeito. Foi utilizado neste estudo o método de análise qualitativa, pois a técnica aplicada foi a entrevista semiestruturada.

É importante analisar as percepções que os jovens têm sobre a medida de acolhimento, ou seja, sobre os valores, as políticas da organização, sobre as rotinas da instituição, nas atividades, relações sociais e, de forma particular sobre o seu processo de autonomia e formação profissional.

Os objetivos gerais do estudo centraram-se nas experiências e vivências dos jovens ao longo do processo de institucionalização, principalmente a preparação do seu processo de autonomia

A investigação realizada permitiu concluir que ainda é necessário trabalhar alguns aspetos das competências de autonomia nos jovens, como a gestão de dinheiro e a utilização de serviços. Deve também ainda estar presente na sua política organizativa e nas práticas profissionais, o trabalho com as famílias biológicas e o acompanhamento dos jovens pós-institucionalização.

Palavras-chaves: Lares de Infância e Juventude; Institucionalização; Acolhimento Residencial; Autonomia

Abstract

The main objective of this research study is to analyze the perceptions of young people who experience foster care about their process of autonomy, as well as how they experience their preparation. It intends to analyze how the technicians of the institutions prepare the young people's exit during the residential care process, as well as their perceptions about its importance for the success of the exit.

In order to understand these issues, a study was carried out with 4 young people from the "Casa da Eira", through an interview carried out for this purpose. The qualitative analysis method was used in this study, as the technique applied was a semi-structured interview.

It is important to analyze the young people's perceptions about the foster care measure, i.e. about the values, the policies of the organization, the routines of the institution, the activities, the social relationships and, in particular, about their autonomy process and vocational training.

The general objectives of the study focused on the experiences of young people during the process of institutionalization, especially the preparation of their autonomy process.

The research concluded that it is still necessary to work on some aspects of autonomy skills in young people, such as money management and use of services. It should also be present in its organizational policy and professional practices, the work with biological families and the monitoring of young people post-institutionalization, as this may be a reality.

Keywords: Childhood and Youth Care Homes; Institutionalization; Foster Care; Socialization; Autonomy

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1- Enquadramento teórico e legal	3
1.1. A família.....	3
1.2. Socialização primária e secundaria	5
1.3. Risco e perigo.....	6
1.4. Projeto de vida e autonomia	9
1.5. Ressocialização	10
1.6. Enquadramento legal.....	11
Capítulo 2-Metodologia	17
2.1. Problema e objetivo da pesquisa	17
2.2. Método/ Procedimento de recolha de dados.....	18
2.3. Ética.....	23
2.4. Participantes	25
Capítulo 3- Análise e discussão dos dados.....	26
3.1. A “casa de eira”	26
3.2. Caracterização sociodemográfica.....	28
3.3. As atividades	29
3.3. A relação da criança/jovem com a instituição.....	35
3.4. Recursos sociais e culturais.....	48
3.5. Percurso profissional	55
3.6. A relação da criança/jovem com a família	58
3.7. A saída institucional	60
3.8. Ação de melhoria.....	63
3.9. Paje.....	64
Bibliografia.....	68
Anexo	73
Anexo 1: Declaração do consentimento informado	74
Anexo 2: Guião de entrevista	75
Anexo 3: Cronograma dos workshops	77
Anexo 4: Avaliação da atividade “Kitchen` in”	78
Anexo 4: Avaliação da atividade “explora-te”	80

Índice de imagens

Imagem 1:Natal	Pág.29
Imagem 2: workshop Kitchen` in.....	Pág.32

Índice de tabelas

Tabela 1: “Crianças e jovens por tipologia - análise comparada [2018 - 2019]”.....	Pág.7
Tabela 2: Ingredientes.....	Pág.32
Tabela 3:O acolhimento.....	Pág.35
Tabela 4:” Penalização a executar na residência de autonomização”.....	Pág.39
Tabela 5: A escolaridade dos jovens da “casa da eira”.....	Pág.48
Tabela 6: Trajetória profissional.....	Pág.55
Tabela 7: Retaguarda familiar.....	Pág.58
Tabela 8: O sonho.....	Pág.61

Índice de gráficos

Gráfico 1:“Situações de perigo que estiveram na origem da situação de acolhimento (N=16.304)”.....	Pág.7
Gráfico 2: Relação enyre as idades e género dos jovens.....	Pág.28

Lista de abreviaturas

LPCJP -Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LIJ- Lar de Infância e Juventude

CPCJ -Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CV- Curriculum Vitae

PCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

O presente estudo pretende ser uma dissertação intitulada “A importância da preparação de um processo de autonomia para o sucesso pós institucional”.

Quando a família coloca a criança/jovem, em situação de risco ou perigo é referenciado à comissão de proteção de jovem uma das medidas de promoção e proteção pode ser a medida de acolhimento, tendo em vista a sua autonomização

Este estudo visa compreender de que forma durante o processo de acolhimento é preparado a saída do jovem da instituição.

O presente estudo teve como questões de partida:

- ✓ De que forma é preparada a chegada do jovem a instituição
- ✓ Como é vivido o processo de acolhimento
- ✓ De que forma a instituição prepara e trabalha o processo de autonomização
- ✓ Como é preparada a saída dos jovens

Para realizar este estudo pretendi responder a seguinte questão, hipótese, de que será que realmente as instituições de acolhimento, promovem uma efetiva autonomização das crianças/jovens acolhidas, e prepara realmente para o período pós-institucional?

Gomes define a autonomia como “a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos mesmos assuntos e opções próprias. Não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias” (Gomes, 2010, p.196).

A escolha deste tema prendeu-se com o facto de este tema ser um tema com pouco dados, com pouca informação e também pelo facto de haver pouco acompanhamento apos os jovens saírem da instituição.

A análise deste tema visa compreender de que forma as crianças/jovens experienciam o acolhimento desde o momento que entraram na “casa da eira “, percebendo se os mesmos tiveram conhecimento do seu projeto de vida e se puderam participar na sua construção do mesmo.

O acolhimento residencial é uma das medidas que promove e salvaguarda os direitos das crianças/jovens, pois de outra forma viam os seus direitos e o seu desenvolvimento comprometido.

As crianças / jovens quando chegam a instituição, têm trajetórias de vida pautadas por dor e sofrimento e sem muitas vezes relações afetivas positivas e de referência.

Importa referir que estas crianças/ jovens passaram por mudanças muito significativas, seja a nível familiar, escolar, social e relacional, passam assim por clima de insegurança que é preciso ser compreendido.

Habitualmente estas crianças/jovens encontram-se em profunda tristeza, isoladas, sem perspetivas de futuro que acabam muitas vezes por pensarem em suicídio.

É importante as instituições assemelharem o acolhimento o mais próximo e natural a ambiente de segurança da criança /jovem, ou seja, a rotina de vida que tinham antes do acolhimento, desta forma ir de encontro as necessidades de cada um e assim proporcionar uma intervenção individualizada.

Este trabalho está dividido em três grandes capítulos.

No primeiro capítulo intitulado “enquadramento legal”, abordei alguns conceitos chaves, irei também fazer uma contextualização teórica e legal sobre o tema deste estudo. Neste ponto abordei o conceito de família para compreender de que forma pode ser um fator de risco e de perigo para a criança e jovem, falei consequentemente de risco e perigo, de socialização primária e secundária e sua importância para o desenvolvimento da criança/jovem, de projeto de vida e autonomia, de ressocialização e por último abordo legalmente tema.

Num segundo capítulo denomina-se “Metodologia”, ou seja, neste ponto importa definir e contextualizar a metodologia utilizada neste estudo. Abordo capítulo o problema e objetivo da pesquisa, identifico o método e o procedimento de recolha de dados, identifico os participantes e por último abordo as questões éticas.

O último capítulo diz respeito a análises de dados, nesse sentido começo por referir qual o método de análise em estudo, caracterizo socio-demograficamente o grupo em estudo, a relação da criança / jovem com a instituição, ou seja de que forma é trabalhado junto da família as questões de responsabilidade parental para que possa ser uma solução no pós- institucional, os recursos sociais e culturais, a trajetória profissional, a relação da criança / jovem com a família, falo da saída institucional, analisando os medos e receios das crianças/jovens, identifico propostas de ação de melhoria e por ultimo falo da paje, uma instituição que trabalha com jovens ex-institucionalizados.

Capítulo 1- Enquadramento teórico e legal

Neste primeiro capítulo irei contextualizar legalmente e teoricamente o tema do acolhimento residencial. Abordo neste presente capítulo a família, socialização primária, secundária, projeto de vida e ressocialização e da Unicef.

1.1. A família

A família tem o papel fulcral desde a primeira instância, são os elementos de ligação e primeiro contacto com o mundo, é através da família que se aprende regras, valores, a comunicar e socializar. É na família que está a figura de referência nos primeiros anos de vida.

Segundo Delgado (2006), é a família que tem o poder e responsabilidade sobre a criança com proteção do Estado. A responsabilidade da família é até ao momento que adquirem autónoma e direitos.

A família segunda (Cruz, 2005) tem como função a satisfação das necessidades da criança, seja de afeto, cognitivas, segurança e confiança, bem com as necessidades de integração social.

De acordo com Sousa C. A. (2013), é no decorrer da infância que a criança/jovem adquire competências e valores que o auxiliam o seu desenvolvimento e na construção da sua individualidade. A família é o primeiro agente educativo, pois deve transmitir conhecimentos necessários a etapa de desenvolvimento que a criança/jovem se encontra, num ambiente cordial e afetivo.

Segundo o Segundo o Manual de Boas Práticas da Segurança Social (2003), “*esta presente na Constituição na tramitação; Arts. 67.º, 68.º, 69.º e 70.º, (no âmbito dos direitos e deveres sociais), que consagram: a família como elemento fundamental da sociedade, com direito à protecção desta e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros; a maternidade e a paternidade como valores sociais eminentes; o direito das crianças à protecção do Estado e da sociedade, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições; o direito dos jovens de gozar de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e cultura*”. Manual de Boas Práticas. (2003). Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Lisboa: Instituto da Segurança Social

Existe famílias que o seu ambiente é inadequado e não estruturado e que não vão de encontro ao bem-estar da criança /jovem. Algumas famílias conseguem ultrapassar os períodos de crise, utilizando recursos internos e/ou exteriores, permitindo assim uma reestruturação da família

Na ausência da família é a instituição de acolhimento quem completa as lacunas e socializa a criança/jovem.

Nem sempre a família consegue satisfazer as necessidades dos menores, não porque não querem, mas sim porque pode estar a passar por uma adversidade. Cabe ao Estado apoiar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade em prole do bem-estar do menor. O superior interesse e o bem-estar do menor deve ser sempre posto em primeiro lugar na intervenção social.

Segundo Batista (2014), verifica-se que família não cumpre adequadamente o seu papel quando:

- ✓ Coloca a criança e jovem em situação de perigo, o ambiente familiar não é seguro e não é seguro para a criança/jovem;
- ✓ Abandonada a criança/ jovem e a deixa entregue a si próprio;
- ✓ Confere maus-tratos físicos ou psíquicos ou abusos sexuais;
- ✓ Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- ✓ Obrigam a criança/jovem a trabalhos inadequados à sua idade, e que vão contra a sua etapa de desenvolvimento.
- ✓ Sujeita, direta ou diretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança, seja a nível físico ou psíquico;
- ✓ Têm comportamentos ou atividades que prejudicam gravemente a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequados a remover essa situação.

Quando ocorre estas situações a família é sujeita a intervenção do tribunal e da CPCJ, tendo em vista o superior interesse da criança. A CPCJ e tribunal têm o poder de aplicar medida de promoção e de proteção.

1.2. Socialização primária e secundária

É logo desde início da vida que a criança vê os pais como referência e é através destes que vai aprendendo e compreendendo o mundo. A aprendizagem, o desenvolvimento ocorre através da emoção nesta etapa. O desenvolvimento da criança deverá ocorrer num ambiente positivo, seguro, com afeto, amor.

Contudo, se o seu desenvolvimento for baseado em sentimentos negativos e podem comprometer o seu processo de crescimento, aí entra em confronto de identidade e assim pode iniciar processos de delinquência como forma de dar respostas as suas revoltas interiores. Esta situação pode desencadear comportamentos que sejam interpretados como delinquência juvenil.

De acordo com Berger e Luckman (2006), é na socialização primária que a criança aprende linguagem, regras sociais e comportamentos apreendidos através da família, desta forma adquirem ferramentas significativas.

Na socialização primária que a criança inicia processo de definição da sua personalidade.

O período da infância é um período crucial no desenvolvimento da criança, é nessa etapa que é desenvolvida a sua personalidade, como tal a criança deve ser entendida de acordo com as vivências e realidades.

Segundo Frota (2007) a criança tem que ser entendida de acordo do seu ponto de vista, ou seja, é necessário conhecer as suas vivências e valores.

Depois da fase da socialização secundária, vem a socialização secundária.

Segundo Berger e Luckmann (2006), a socialização secundária ocorre quando o indivíduo já socializado tem contacto com novas e variadas realidades sociais. Estas diferentes realidades foram explicadas na socialização primária que contrastam muitas vezes com a sua realidade. Nesta fase percebe que realidade social que conhece é apenas uma de várias.

A socialização secundária pode ocorrer no contexto escolar, profissional em grupos desportivos, entre outros...

Para Berger e Luckmann (2006) a socialização secundária tem como problema o facto de supor que é um processo contínuo da socialização primária, ou seja, partir do facto de se trabalhar com uma personalidade já formada e um mundo já compreendido.

1.3. Risco e perigo

Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, as situações de risco tem elevado potencial para a não garantia dos direitos das crianças, como exemplo, situações de pobreza, apesar de no âmbito legal não tem elevado grau de responsabilidade.

É a através da contínua situação de risco que podem originar situações de perigo, quando não existe fatores de proteção que compensem.

De acordo Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco antecedente, como por exemplo, divórcio, separação.

É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude.

No âmbito das situações de risco a intervenção deve ser no âmbito da prevenção de situações de perigo. As ações de prevenção devem ter como público a população ou grupos familiares que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

A nível das situações de perigo o trabalho social na primeira instância deve ser retirar a criança da exposição ao perigo e posteriormente a aplicação de medidas de forma a promover e reparar as consequências dessa situação.

De acordo Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2022), podemos verificar uma situação de perigo quando uma criança/jovem estiver abandonada, quando é vítima de maus-tratos psicológicos e físicos e sexuais, quando não recebe cuidados, quando é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos /inadequados à sua idade, quando a saúde é posta em risco e quando a educação e desenvolvimento são afetado.

O gráfico em baixo demostra quais são principais situações de perigo sinalizadas em Portugal.

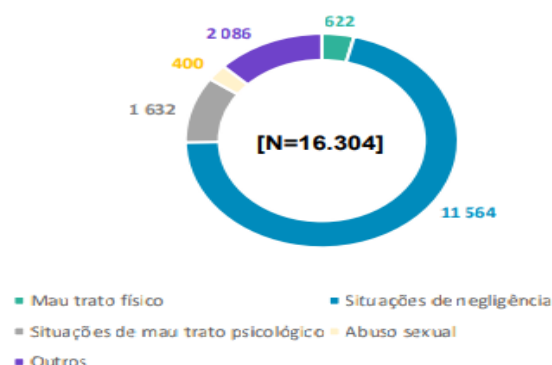


Gráfico 1. “Situações de perigo que estiveram na origem da situação de acolhimento (N=16.304)” (Instituto da Segurança Social, 2019)

Em Portugal a principal situação de perigo que leva ao acolhimento residencial são as situações de negligência parental. Nestas situações não poderia ser trabalhado com a família as questões da responsabilidade parentalidade para posteriormente o jovem poder regressar a família?

Tipologia de resposta	Nº		Variação (%)	%		
	2018	2019		2018	2019	
Lar de Infância e Juventude	4 211	4 179	-1%	59,9%	59,3%	↓
Centro de Acolhimento Temporário	1 864	1 916	3%	26,5%	27,2%	↑
Famílias de Acolhimento	200	191	-5%	2,8%	2,7%	↓
Comunidade Terapêutica	124	152	23%	1,8%	2,2%	↑
Lar Residencial	143	136	-5%	2,0%	1,9%	↓
Apartamento de Autonomização	97	104	7%	1,4%	1,5%	↑
Lar de Infância e Juventude Especializado	97	97	0%	1,4%	1,4%	↓
Colégio de Ensino Especial	86	76	-12%	1,2%	1,1%	↓
Centro de Apoio à Vida	78	76	-3%	1,1%	1,1%	↓
Lar de Apoio	47	51	9%	0,7%	0,7%	↑
Acolhimento de Emergência	43	34	-21%	0,6%	0,5%	↓
Casa Abrigo	26	18	-31%	0,4%	0,3%	↓
Comunidade de Inserção	13	15	15%	0,2%	0,2%	↑
Total	7 032	7 046				

Tabela 1. “Crianças e jovens por tipologia - análise comparada [2018 - 2019]” (Instituto da Segurança Social, 2019)

A tabela acima demonstra quais são as principais medidas de promoção proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal.

Em Portugal a principal medida aplicada é o acolhimento residencial/ lares de infância e juventude (LIJJ), apesar de os números demonstrarem uma diminuição, ainda representa um número significativo de como é a principal medida aplicada. Em Portugal em 2019 estavam 4179 crianças/jovens em LIJJ.

Segundo o artigo 5.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, a medida de acolhimento residencial destina-se a criança/jovem com menos de 18 anos ou com menos de 21 anos com a manifestação da vontade de continuar antes de atingir os 18 anos, e poderá estender-se aos 25 anos sempre que estejam inseridos em processos de educação ou existam formação profissional.

O Instituto da Segurança Social (2021) define como objetivos do acolhimento residencial:

- *A satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais;*
- *A criação de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade;*
- *A minimização do dano emocional resultante da exposição da criança ou do jovem a situações de perigo;*
- *A aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;*
- *Condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida;*
- *A aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária.” **(ISS, 2021)***

Para trabalhar estes objetivos é essencial escutar os jovens, para conhecer a sua trajetória de vida e em conjuntos para que o projeto consiga atender as reais necessidades das crianças e jovens e reintegrar na sociedade.

1.4. Projeto de vida e autonomia

Os projetos de vida são imprescindíveis para qualquer criança/jovem.

Segundo o Instituto da Segurança Social (2019), é da responsabilidade das equipas multidisciplinares preparar e planear o futuro da criança/ jovem. Os projetos de vida devem contemplar planos de intervenção individual que devem contemplar todas as áreas da vida de cada criança/jovem, ou seja, construir numa logica sistémica. Desta forma será possível ter projetos de vida adequados, seguros e oportunos e em consenso com a decisão do Tribunal ou da Comissão de Proteção.

Tanto a construção do projeto de vida como a sua aplicação deverão sempre ter por base a garantia do superior interesse da criança e jovem,

Os projetos de vida devem ser construídos pelo gestor de caso e pela criança/jovem. Deve ter em conta as necessidades e interesses da criança/jovem com vista ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, tendo também a função de ser um fio orientador do seu percurso de vida.

Ao falar de projeto de vida é imprescindível falar de autonomia, pois os projetos de vida devem promover a autonomia dos jovens.

Segundo Doron e Parot (1998) autonomia refere-se a um processo em que a criança/jovem consegue adquirir as suas próprias regras, normas e tem interiorizado as normas e valores que são normativos no meio em que está inserido.

Para a criança/ jovem poder adquirir autonomia é necessário que lhe seja ensinado algumas atividades de vida diárias, como a gestão de dinheiro, procurar formação/ emprego; entre outros.

Numa instituição o conceito de autonomia prende-se com o facto de dar ao jovem o poder de decidir/escolher as suas próprias rotinas, atividades.

Toda a criança tem direito a participação e audição e poder traçar o seu próprio projeto de vida, este é um direito fundamental que deve ser salvaguardado.

Segundo Campos e Gastão (2006), a autonomia depende de variados fatores como a de leis, do funcionamento da economia, das políticas e das práticas e valores das instituições e organizações, depende da sociedade onde está inserido democráticas Depende da cultura em que está inserido.

Autonomia implica que a criança e jovem tenha conhecimento e capacidade de reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo, bem como da forma como age sobre o mundo.

1.5. Ressocialização

Uma das áreas de trabalho no serviço social é a parte da ressocialização, pois as crianças e jovens devido as suas histórias de vida, muitas vezes são alvos de processos de exclusão social. É essencial trabalhar a integração e ressocialização dessas crianças e jovens na sociedade.

“A ressocialização consiste num processo de voltar a socialização, pois há um incumprimento das normas sociais (pessoas que têm comportamentos desviantes).” (*Berguer & Luckman, 1999*)

A ressocialização ocorre quando o indivíduo não cumpriu as normas sociais e foi colocado a margem, e posteriormente derivado de vários factos volta a adquirir valores e regras que estão de acordo as normas sociais onde está inserido e dessa forma volta a estar integrado.

Segundo Berguer e Luckman (1999), as crianças/jovens muitas vezes deparam-se com constrangimentos a sua volta que podem fazer desviar do caminho que muitas vezes as instituições os ajudam.

Os jovens institucionalizados são muitas vezes colocados a margem, são olhados como rebeldes, ou marginais pela sociedade.

Devido ao estigma associado a estes jovens deve ser trabalho junto dos jovens e da comunidade esses preconceitos.

Um indivíduo só quando conhece a realidade em causa é que consegue analisar e compreender e desta forma refazer as ideias preconcebidas que tinha.

O técnico deve promover o contacto dos jovens com a comunidade e proporcionar atividades que apelem a participação da comunidade na instituição.

Só promovendo o contacto e trabalhando desta forma é possível voltar a integrar o jovem na comunidade.

1.6. Enquadramento legal

É imperativo analisar os direitos das crianças para compreender o percurso dos jovens após saída da casa de acolhimento.

Os direitos humanos pretendem diminuir várias situações que violem a dignidade humana, contudo existe dificuldade em pôr em prática, contudo é necessário que entidades competentes se certifiquem que realmente são postas em prática pelos profissionais.

Conforme referenciado na lei o artigo 4 da Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, a intervenção com as crianças / jovens deve ter em conta os seguintes princípios: a salvaguarda do interesse superior da criança e do jovem, a privacidade da criança/ jovem respeitando a sua intimidade, imagem e a sua vida privada, a intervenção deve ser numa fase inicial da situação de perigo, bem como deve ser adequada à situação de cada criança/jovem, os pais no âmbito da intervenção devem ser responsabilizados, deve ser preservado as relações afetivas e significativas pois será saudável para o desenvolvimento, a família deve ser integrada no processo de intervenção, as crianças /jovens devem ser informados sobre tudo e com respeito ao processo, deve ter em conta a participação e audição dos menores para definir o seu projeto de vida e a intervenção só deve ser realizada pelas entidades competentes.

Segundo o decreto de lei Decreto-Lei n.º 164/2019, a criança/ jovem deve ser devidamente informada e escutada no que diz respeito a medida de promoção e proteção aplicada. A sua idade deve ser tida em conta para compreender e preparar para a transição para a casa de acolhimento.

De acordo com o artigo 3 do decreto nº164/2019, a preparação da criança/ jovem inclui a informação e explicação acerca do seu direito, bem como das circunstâncias que levaram a retirada do seu contexto de origem, deve ser ainda explicado o modo funcionamento da casa de acolhimento, designadamente horários, regras e rotinas e, sempre que possível, a continuidade da relação com a família de origem e com outras figuras de referência.

A preparação da criança/ jovem é da responsabilidade da entidade que aplicou a medida e do técnico gestor de caso conjunta da entidade que aplicou a medida, do técnico gestor do processo da criança ou do jovem e da instituição de acolhimento, ou de alguma outra entidade que teve contacto com o menor.

A família deve ser informada pela entidade que aplica a medida sobre a medida aplicada que implica a separação da criança ou do jovem, bem como sobre a sua participação na execução da medida e no processo de promoção e proteção, salvo nos casos previstos na LPCJP.

O momento de preparação do acolhimento requer troca de informação essencial entre a entidade que aplicou a medida, a entidade responsável pela gestão do processo e a instituição de acolhimento, pois deverá existir uma avaliação do plano de intervenção individual, deve ser pensado de acordo com as necessidades individuais de cada jovem, e informação da situação de perigo que determinou a aplicação da medida e das necessidades específicas da criança ou do jovem. Os recursos necessários a disponibilizar pela instituição de acolhimento.

Os técnicos dos LIJ trabalham com as crianças de forma generalizada, o que leva à perda de identidade e desvalorização naquelas crianças/ jovens. Chega, em determinadas instituições a não existir preocupação em atender as especificidades e necessidades individuais, nem é permitido a criança/jovem participar ou dar opinião sobre a vida/dinâmica institucional. A criança/ jovem é objeto de ação em vez de ser sujeito de ação, o que faz com que a instituição comande as suas próprias vidas e as suas ações, anulando assim as vontades dos próprios indivíduos.

Frequentemente as casas de acolhimento contam com poucos recursos humanos face ao número de crianças/jovens institucionalizados. A escassez de recursos humanos reflete-se numa prática burocrática. Os técnicos acabam por acumular várias funções e têm tantas crianças/jovens que acabam por condicionar as suas intervenções, ficando assim aquém a satisfação das necessidades daquelas crianças/ jovens.

Existe uma organização e regras que regem o trabalho com as crianças, contudo verifica-se algumas situações de incumprimentos e negligência por parte dos profissionais na garantia dos direitos.

Não se pode partir do pressuposto que todas as crianças são iguais, todas são seres únicos, singulares. Partindo desta lógica a intervenção deve ter em conta o princípio da equidade, partir de pontos diferentes com cada criança, ou seja, adaptar-se as circunstâncias que cada criança se encontra.

Quando para salvaguardar o superior interesse da criança é aplicada a medida de acolhimento residencial, a menor não pode ser privada dos seus direitos.

Para além disso, frequentemente, verifica-se que as casas de acolhimento são fechadas e têm pouco contacto com o exterior, têm ausência de projetos de vida individuais adequados às necessidades de cada criança/jovem, e têm um escasso número de recursos humanos, que dificulta a interação entre a criança e o profissional, uma vez que estes últimos se encontram assoberbados de trabalho e não têm tempo para o mimo, o carinho e para dar atenção.

De acordo com o artigo 82º-A do decreto nº164/2019, a comissão de proteção de crianças e jovens ou o tribunal seleciona um técnico que fica responsável por cada processo, cabe a esse gestor mobilizar recursos, apoio, acompanhamento as crianças/ jovens e a sua família.

Segundo Almeida (2016), a gestão de caso no serviço social deve ser potencializar o funcionamento e a satisfação neste caso da criança/ jovem de forma eficaz e eficiente possível. O técnico social deve criar uma relação com a criança e jovem de forma a criar recursos, oportunidades e soluções adequados as suas necessidades.)

É importante para a criança/ jovem criar uma relação de empatia com alguém significativo que permita partilhar experiências de vida, medos e inseguranças. Através de uma relação de confiança o técnico pode criar em conjunto com a criança ou jovem um projeto de vida que vá de encontro as suas necessidades para que desta forma a sua intervenção seja mais eficaz. Toda a intervenção deve ter em conta a história de vida, especificidades, individualidades, necessidades e interesses da criança/ jovem.

Importa ainda referir que no âmbito da relação de ajuda é essencial que a criança/jovem não crie dependência por relação ao técnico de referência.

A criança deve ter autonomia para tomar decisões, definir as suas rotinas e decidir a sua própria vida.

Para a criança/ jovem poder ter autonomia é necessário que lhe seja ensinado algumas atividades de vida diárias, como a gestão de dinheiro, procurar, formação/ emprego; entre outros. Para além disso, importa ainda referir que no caso de uma instituição o conceito de autonomia prende-se com o facto de dar ao jovem o poder de decidir/escolher as suas próprias rotinas, atividades. Toda a criança tem direito de participar, de ser ouvida e poder traçar o seu próprio projeto de vida, sendo estes direitos fundamentais que devem ser salvaguardados e colocados em prática.

Segundo Campos e Gastão (2006), o processo de autonomia implica uma maior capacidade de as crianças/jovens compreenderem a si mesmos e sobre o mundo em redô. A criança / jovem tem responsabilidade sobre si e sobre o que está a sua volta.

As várias instituições que trabalham com os menores devem ter como objeto de atuação as potencialidades e utilizá-las para diminuir as suas fragilidades. Assim, poderão trabalhar e tornar a criança mais autônoma. A autonomia é um processo de evolução pessoal, por influência da própria criança e pelo seu meio. As crianças devem ter oportunidade de poder decidir sobre a sua vida com noção da responsabilidade deve ter a toma de decisão.

Tanto os direitos das crianças e os direitos homem pretendem diminuir variam situações que violem a dignidade humana, contudo existe dificuldade em pôr em prática, pois apenas são leis e não existe entidades responsáveis que certifiquem e verifiquem se realmente são postas em prática pelos profissionais. Existe uma organização e regras que regem o trabalho com as crianças, contudo verifica-se alguns incumprimentos e negligência por parte dos profissionais na garantia dos direitos

De acordo com Delgado (2006) os direitos das crianças só podem ser restritos com a justificação se salvaguardar outros direitos e sempre tendo em conta o superior interesse da criança / jovem.

É da competência do Governo certificar que efetivamente é posto em prática a lei nacional, cabe ao Estado o papel de garantir que os direitos das crianças são respeitados, deve ser preservada a sua identidade.

Uma vez que o presente trabalho aborda a questão dos direitos das crianças nomeadamente o de participação e de responsabilidade, considere pertinente focar-me na Convenção e na sua importância para salvaguardar os direitos dos menores.

Assim, de acordo com a Unicef, as Nações Unidas dia 20 de novembro de 1989 implementaram a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), ou seja, formalizaram um documento que regularizava direitos fundamentais. Os direitos podem ser económicos, sociais e culturais.

O CDC é um acordo internacional sobre os direitos humanos, ou seja, quando ratificada é uma ligação jurídica para todos os estados que aderirem. Apenas os Estados Unidos da América não ratificaram a CDC.

Segundo a Unicef, o CDC é o instrumento legal mais importante, também devido a ser universal.

Com a criação da Convenção sobre os Direitos da Criança, prometeram a todas as crianças protegê-las e fazer cumprir os seus direitos.

A Convenção tornou-se assim o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado da história e ajudou a transformar a vida das crianças em todo o mundo. As crianças e adolescentes têm direitos próprios e alienáveis, pois são seres com características especiais.

Portugal ratificou a Convenção em 21 de setembro de 1990.

A Unicef, explica que a convenção tem como regras base, a não discriminação, desta forma dar direitos a todas as crianças, a salvaguarda dos interesses superiores das crianças e deve ser garantido as oportunidades para um desenvolvimento saudável a criança.

A convenção contém 54 artigos como identifica Unicef. Os artigos podem ser divididos pelo direito à sobrevivência (cuidados básicos); o direito aos desenvolvimentos (acesso à educação); o direito a proteção e o direito a participação.

A estagnação da convenção não acompanha os problemas da atualidade como por exemplo as alterações climáticas, a exploração online e cyberbullying ou o aumento das doenças mentais.

É necessária mais informação sobre as questões atuais da infância, de envolver as crianças e jovens na partilha de informação e de soluções, aplicação dos princípios de equidade e igualdade.

Após esta apresentação do que é a convenção e levanto a seguinte questão: como é possível garantir que são salvaguardados os direitos das crianças sem uma equipa supervisora que fiscalize o trabalho desenvolvido pelos profissionais que trabalham com este público.

A Unicef tem como objetivo a apresentação de uma associação que trabalha a garantia dos direitos das crianças.

De acordo com a Unicef refere que um ano depois da segunda Guerra Mundial, a 11 de dezembro de 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas teve de criar o Fundo das Nações Unidas para a Infância com o objetivo de apoiar as crianças que estavam em extrema necessidade e sofrimento na Europa.

A UNICEF apoia crianças em situação de vulnerabilidade e atua com prioridade em países mais desfavorecidos.

O trabalho em grande escala, como a UNICEF faz, considero ambicioso, no sentido que é difícil garantir que seja colocado em prática.

Existe uma organização e regras que regem o trabalho com as crianças, contudo verifica-se alguns incumprimentos e negligência por parte dos profissionais na garantia dos direitos.

Podemos verificar quando um profissional não atende as necessidades das crianças/jovens, quando é discriminada, quando não lhe é permitido expressar-se, ter vontades e interesses.

Toda a criança deve ter a sua individualidade e privacidade, contudo muitas vezes as instituições generalizam as suas práticas, desse modo as crianças / jovens vêm os seus direitos violados.

Não se pode partir do pressuposto que todas as crianças são iguais, todas são seres únicos, singulares. Partindo desta lógica a intervenção deve ter em conta o princípio da equidade, partir de pontos diferentes com cada criança, ou seja, adaptar-se as circunstâncias que cada criança está.

Como é concretizável/ viável trabalharem com direitos e garantir que defendem os interesses, direitos das crianças, quando o número de profissionais que estão no terreno é deficitário e não há fiscalização do trabalho?

Contam com conselhos de direitos e com conselho tutelar para fins de intervir, controlar e fiscalizar, caso os direitos de alguma criança estejam sendo violados, omitidos ou ameaçados. O principal problema que entendi com a elaboração deste trabalho é que existe poucos elementos nestas equipas face ao número de casos que têm de atender.

A maior dificuldade que senti neste trabalho é como é possível pôr em prática o trabalho que é regido pela legislação internacional sobre crianças e jovens, a convenção dos direitos da criança e a Unicef. Deveria haver equipas técnicas a supervisionar e fiscalizar o trabalho desempenhado pelos profissionais.

Capítulo 2-Metodologia

2.1. Problema e objetivo da pesquisa

O objetivo de estudo segundo Manuel Freixo (2009), prende-se com a definição do estudo. O objetivo é algo mais geral e as hipóteses são mais específicas. Os objetivos definem o público-alvo e orientam a investigação.

As variáveis dependentes e independentes devem constar nos objetivos, mesmo que não sejam explicadas no estudo.

O objetivo do meu estudo é compreender de que forma durante o acolhimento institucional é preparado a saída do jovem da instituição.

Este estudo visa compreender de que forma durante o processo de acolhimento é preparado a saída do jovem da instituição.

O presente estudo teve como questões de partida:

- ✓ De que forma é preparada a chegada do jovem a instituição
- ✓ Como é vivido o processo de acolhimento
- ✓ De que forma a instituição prepara e trabalha o processo de autonomização
- ✓ Como é preparada a saída dos jovens

Para realizar este estudo pretendi responder a seguinte questão, hipótese, de que será que realmente as instituições de acolhimento, promovem uma efetiva autonomização das crianças/jovens acolhidas, e prepara realmente para o período pós-institucional?

Importa analisar de que forma os técnicos dos LIJ preparam ao longo do processo de institucionalização o momento da saída das crianças/ jovens. É necessária uma análise desde o momento que a criança/ jovem chega a instituição pois considero que é um dos momentos mais importantes de todo o processo.

É nos primeiros momentos de acolhimento que a criança/ jovem conhece a instituição, do grupo de pares, o seu técnico de referência e inicia a construção do seu projeto vida. A construção do projeto de vida é crucial para o decorrer do processo de acolhimento, pois define os objetivos/metabol de trabalho durante esse processo.

Este estudo visa compreender de que forma é realmente trabalhado o projeto de vida e como é determinante para o sucesso pós institucional.

2.2. Método/ Procedimento de recolha de dados

Segundo Manuel Freixo (2009) método é todo o processo / percurso para atingir um fim. Método implica a escolha de técnicas que orientam em última instância uma ação.

Método tem como finalidade a construção de hipóteses que levam a observação de uma realidade e que terá de ser explicada através da ciência. O objetivo final é gerar novos conhecimentos.

Os métodos que utilizei para recolher informação foi a observação participante, análise documental, a entrevista e análise de conteúdo e por último investigação-ação.

Segundo Gil (2008) a entrevista é marcada por o diálogo com recurso a perguntas, de forma a obter dados pertinentes para a investigação. A técnica de entrevista permite obter informações sobre os jovens e a instituição.

Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas correspondem a um conjunto de questões abertas e fechadas que pretendem compreender e analisar um determinado tema.

O investigador tem o papel de colocar as questões ao público-alvo do seu estudo, este momento deve ser igualmente tranquilizador e leve como uma conversa formal.

O entrevistador deve dirigir a entrevista para o tema em análise, deve ter o cuidado em colocar questões que complementem e tornem mais claro o tema e ajudar o entrevistado caso não se sinta confortável ou tenha dificuldades com o tema.

A entrevista ajuda a delimitar a quantidade de informações e tem mais foco no tema para que no fim os objetivos sejam alcançados.

De acordo com Freixo (2009), a entrevista estruturada implica que o entrevistador antecipadamente crie um guião de entrevista.

A realização de uma entrevista pressupõe uma planificação com foco no objetivo a atingir.

O entrevistado deverá ter conhecimento sobre o estudo. Deverá o entrevistador agendar previamente a data e local para garantir que será atendido. O entrevistado terá que ver garantido a confidencialidade sobre o que partilhou e a sua identidade. O entrevistador terá que construir um guião.

Segundo Freixo (2009), a entrevista poderá conter questões que levam a relatos de factos, a questões de opiniões.

As questões podem ser de perguntas abertas, ou seja, questão de desenvolvimento em que a criança/jovem poderão utilizar a sua linguagem e dar sua própria interpretação.

A entrevista é constituída também por perguntas fechadas, ou seja, já é dado respostas em que o entrevistado só terá que selecionar umas das opções de resposta. Estas perguntas fechadas são associadas a perguntas de escolhas múltiplas.

A entrevista criada para este estudo foi dividida em cinco temas:

- i) a relação da criança / jovem com a instituição;
- ii) os recursos sociais e culturais; iii) a caracterização socioprofissional;
- iii) iv) a relação da criança e jovem com a família, e por último,
- iv) v) saída institucional.

O primeiro ponto diz respeito à relação da criança/jovem com a instituição assenta num conjunto de 14 questões; no segundo tópico falamos sobre os recursos sociais e culturais, que corresponde a um grupo de 6 perguntas; no terceiro grupo são duas questões sobre a inserção socioprofissional; no quarto grupo duas questões dizem respeito a relação da criança/jovem com a família.; o último grupo aborda a saída institucional, ou seja, contem três questões com o intuito de compreender como está ou foi pensada a saída institucional, de que forma o jovem idealiza a sua saída e como será a sua vida após a saída institucional e quais são os seus sonhos.

O segundo método que utilizei para realizar este tudo, foi a observação participante.

De acordo com Freixo (2009), a observação participante é o método em que o investigador não se prende só a recolha de informação, mas também se envolve e participa no contexto em estudo.

A observação participante permite criar dinâmicas que darão contributos tanto para o público-alvo em estudo como dará mais informações para quem esta a desenvolver o mesmo.

Brandão (1984) e Marshall & Rossman (1995) explicam que a técnica de observação participante implica proceder uma adequada e de participação na realidade observada de forma não violenta e intrusiva.

O investigador deve ser empático de forma a conseguir partilhar hábitos e papéis dos grupos em observação, de outra forma não seria possível observar comportamentos e situações, pois o observador seria um estranho para o grupo.

Para Martins (1996) a observação participante permite o observador a compreender e intervir em diversos contextos. Esta metodologia proporciona uma aproximação com o grupo em observação, assim o observador pode conhecer o passado de cada elemento do grupo, as suas representações sociais e culturais e assim trabalhar de forma adequada no presente e futuro.

Segundo Correia (1999) para utilizar o método de observação participante é necessário uma preparação cuidada e aquisição de atributos que são imprescindíveis ao observador-participante, como resiliência, empatia, atenção, paciência e sensibilidade.

Para Marshall & Rossman (1995) o observador participante terá que estar inserido num grupo e terá que ter interação com o mesmo. Este método levanta questões sobre o papel e posição de mesmo. Numa fase inicial o observador participante deve elaborar um plano que seja aceite e operacionalizado pelo grupo observado. O trabalho de investigação não se deve cingir-se a este método de observação.

Smith & Denton (2001), define a observação participante como uma forma de obter uma perspetiva natural e holística dos temas recolhidos na observação.

De acordo com Evertson & Green (1986), novos problemas surgem através da questão se a observação poder ser renovada, e se surgir alteração poderá construir novas realidades. Uma nova construção implica respeito pelos quadros teóricos já existentes, contudo adaptados a novo quadro. Esta diversidade torna o estudo mais completo.

Este método foi o método mais utilizado na realização deste estudo.

Neste ponto este trabalho teve a realização de três dinâmicas, uma atividade natalícia e dois workshops.

As atividades são importantes para criança interação e relação com o público-alvo para que as entrevistas não fossem realizadas de forma tão invasiva

Em terceiro abordo a análise documental, segundo Almeida, Sá-Silva e Guindani (2009), permite analisar os documentos e baseia-se na produção e reformulação de teorias que fizessem compreender o fenómeno em estudo. É importante e expor factos, pois são esses que são os objetos pesquisa. É o papel do investigador interpretar e resumir as informações e assim a criar novas informações.

A análise documental acontece quando existe uma necessidade de estudar um tema. É no processo de decisão de qual o fenómeno, tema de estudo que se inicia o processo de análise documental. A análise documental remete para a leitura de obras científicas do tema em estudo e para a interpretação e reflexão crítica das mesmas.

Segundo Gil (2008) e Saint-Georges (1997), a análise documental remete para recolha de dados já existentes com recurso às fontes documentais. Os recursos documentais podem ser escritos e não escritos. Os documentos escritos, podem ser oficiais como por exemplo: relatórios e planos de atividades das instituições, atas de reuniões, processos individuais de utentes, estatutos, regulamentos internos, leis, entre outros. Os documentos não oficiais podem ser dados recolhidos de forma informal, ou seja, notas de bordo.

Por último refiro a análise de conteúdo, os métodos de análises dependem dos objetivos do estudo.

Segundo Isabel Guerra (2006), a análises de conteúdo centrava-se no método qualitativo, contudo posteriormente foi ajustado para um método mais descritivo e sistemático, ou seja, o método de análise de conteúdo.

O método de análise de conteúdo pretendesse com o facto de pôr em causa quadros teóricos utilizando dados empíricos recolhidos.

De acordo com Isabel Guerra (2006), o método de análise de conteúdo não se baseia em descrever situações/factos, mas também interpretá-los.

É explicado por Isabel Guerra (2006), depois de realizadas as entrevistas devem ser transcritas para computador. Esta primeira fase diz respeito a transcrição, ou seja, é escutada pela primeira vez as entrevistas e quando a audição não é clara deve ser deixado espaço para completar posteriormente.

A segunda etapa é o momento onde se deve escutar novamente a gravação e completar o que não ficou tão clara. Por fim deve ser escrito um discurso perceptível e legível, mas que tenha as ideias que foram ditas nas entrevistas, desta forma deve ser retirada toda a informação que não seja útil para as entrevistas.

Por último abordo a investigação-ação, pois queria ter utilizado este método, pois considero um método muito rico tanto para o público-alvo como para o investigador, contudo não foi possível utilizar devido a impedimentos por parte da instituição que aceitou acolher o meu estudo e porque é um método que requer muito tempo para ter sucesso e que não era viável para o técnico responsável da “casa da eira”.

Segundo Benavente, Costa, & Machado, (1990), a investigação-ação tem como foco gerar processos de mudança, por base deve ter uma ação reflexiva, pensada cientificamente informados, que por sua vez produz novos conhecimentos e novas práticas.

É imperativo para a realização de um processo de mudança fazer uma avaliação das fragilidades, mas também das potencialidades, das ameaças e oportunidades da pessoa que está a ser alvo desse processo.

O investigador deve conhecer os recursos sociais, económicos, culturais e simbólicos do indivíduo para tornar a intervenção mais realista e ajustada às reais necessidades.

Ao investigador-ator cabe a função de responder às necessidades do indivíduo, ajudar a revolver os problemas, facultar informação, construir plano de ação e escutar os atores.

O interventor deverá promover os direitos humanos, respeitando a identidade individualidade, promovendo o sentido de pertença a um grupo, quando reconhece e valoriza, quando constrói competências, quando escuta necessidades e vontades, quando não discriminação.

Deve dar uso da universalidade de direitos, somos todos iguais, criação de estruturas e sistemas sociais para as necessidades humanas fundamentais e garantia de equidade, distribuição dos recursos de forma adequada, por base o princípio da igualdade e equidade. Todo o ser humano deve ter garantido os direitos humanos, é importante pensar assim para que a intervenção seja mais humana.

O Interventor quando aplica o método de investigação-ação depara-se com um processo árduo, penoso, esgotante fisicamente e mentalmente. Para superar as dificuldades o interventor deve ser resiliente, persistente, determinado e capacidade de superação.

2.3. Ética

De acordo Manuel Freixo (2009), o conceito de ética é semelhante a definição de moral, contudo não devem ser confundidos. Ambos os conceitos se baseiam em conjuntos de valores, regras que normalizam o comportamento do indivíduo no seu meio social.

Manuel Freixo (2009) explica que a ética é a teoria que explica e justifica os comportamentos, valores e regras de uma determinada sociedade e por fim orienta e ajuda na solução dos seus problemas mais comuns.

A ética não deve ser confundida com lei, embora as vezes referenciam quadros legais. Geralmente as profissões têm por base um código específico de ética profissional.

A ética na investigação segundo Manuel Freixo (2009), tem como princípios o direito a privacidade ou a não participação, o direito ao anonimato e a confidencialidade e por fim a necessidade de consentimento.

O direito a participação se acordo com Manuel Freixo (2009), vem do pressuposto que todas as pessoas são livres de não participarem na investigação.

No que se refere o direito a privacidade, as pessoas têm direito a privacidade e podem não responder a questões que sintam que invadem a sua privacidade. Legalmente é considerado crime a violação da privacidade

Segundo Manuel Freixo (2009), o direito a confidencialidade diz respeito aos participantes não querem que os dados de identificação pessoal sejam partilhados.

Num estudo existe partilha de informações importantes, por esse motivo o investigador deve ter cuidado para que os dados obtidos não se tornem públicos.

Por último Manuel Freixo (2009), refere que os participantes devem ser informados sobre o estudo, bem como sobre a utilidade das informações dadas. Estas explicações dadas devem ser de forma clara, simples e perceptíveis para os participantes.

Este consentimento permite aos participantes avaliar e decidir sobre a sua participação e partilhas.

Neste ponto momentos antes da entrevista, foi explicado em que consiste este estudo, quais os objetivos e o que é pretendido dos participantes. Depois de todas as explicações foi dado as participantes um documento para assinarem a autorizar a recolha de informação.

Segundo Peixoto (2017), o consentimento informado vem no sentido de aplicar as políticas de privacidade que visam salvaguardar os direitos fundamentais dos indivíduos, este direito deve estar presente na prática dos profissionais da área das Ciências Sociais. O consentimento informado passa por informar e manter informados os inquiridos dos seus direitos. Esses direitos decorrem da lei portuguesa n.º 67/98 “da Proteção de Dados Pessoais” e integram o direito de informação, de acesso, de retificação e eliminação e de oposição.

De acordo com Peixoto (2017), uma segunda questão ética prende-se com o facto de o dever garantir ao participante a ausência de dano. O investigador deve evitar causar danos aos participantes da pesquisa, aos que estão envolvidos direta ou indiretamente na prática profissional dos investigadores e ao próprio investigador. É importante compreender que a formalização do consentimento aumenta as responsabilidades de todas as partes.

Peixoto (2017), existe a questão ética relacionada com a mentira, ou seja, o engano deliberado ou estratégico. Caso não exista razões fundamentadas para a mentira e engano este deve ser sempre evitado.

2.4. Participantes

No âmbito deste estudo fiz contacto a cinco instituições, contudo só uma aceitou participar.

As instituições foram contactadas por e-mail, em que no mesmo contia todas as informações acerca desde tudo, dava conta dos objetivos e do que era pretendido da instituição.

As instituições foram contactadas por e-mail, em que no mesmo contia todas as informações acerca desde estudo.

De acordo com a única resposta que tive iniciei o contacto com a instituição, onde numa primeira reunião foi sugerido pela mesma que o meu estudo fosse no projeto da “casa da eira”.

Para realizar este estudo foi selecionado um grupo de quatro jovens que se encontram em acolhimento residencial.

A casa de autonomia quando iniciei o estudo acolhia quatro jovens, sendo que durante o processo um jovem foi para casa em autonomia e outro jovem integrou a casa.

Estes quatro jovens são jovens integrados no mesmo LIJ, neste sentido é interessante perceber como as crianças/jovens experienciam a instituição e como podem ter diversos olhares sobre a mesma.

Os jovens vivenciaram a entrada de instituição de forma diferente, foi interessante ver as diferenças e as expectativas que cada um tem.

Segundo Freixo (2009), a amostra é um grupo de sujeitos inseridos numa determinada população.

Devido a serem poucas crianças e jovens na “casa da eira”, o estudo contou com todos os elementos que constituem a casa e que estão com a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial.

Não participou no estudo um jovem que habita na casa, pois não tem aplicada nenhuma medida de promoção e proteção.

Capítulo 3- Análise e discussão dos dados

Neste capítulo pretendo demonstrar os dados recolhidos e proceder a elaboração de uma análise reflexiva e crítica.

3.1. A “casa de eira”

O presente estudo centrou-se na residência de autonomia “casa da eira”.

A casa da “eira” integra uma fundação que tem como missão proporcionar as crianças a satisfação de todas necessidades básicas, trabalhar a reintegração na família e comunidade e potenciar valorização pessoal, social e profissional.

A fundação é constituída por um conselho de administração e conselho fiscal, um diretor pedagógico, conselho pedagógico, equipa de qualidade, diretor técnico, técnicos de serviço social, psicólogos e educador social, coordenador de monitores, monitores, secretaria, diretor de serviços, coordenador de atividades, vigiantes, serviços gerais, cozinha. auxiliares de cozinha e trabalhadores auxiliares.

As residências de autonomização são coordenadas pela equipa técnica designada para o efeito.

As equipas são acompanhadas e supervisionadas pelas CPCJ e da Segurança Social.

Consideram-se necessários ao bom funcionamento das residências de autonomização os seguintes indicadores:

- a) Um técnico com formação na área da psicologia;
- b) Um técnico com formação na área de serviço social;

Na casa da eira esta presente um técnico de serviço social que é o técnico que acompanha diariamente os jovens, contudo caso exista necessidade os jovens podem correr a técnicos de outras áreas.

O responsável da “cada da eira” deve para com os jovens:

- a) Garantir a satisfação das necessidades básicas dos jovens residentes em condições de vida tão aproximadas quanto possível às da estrutura familiar;
- b) Promover a reintegração na família e na comunidade;
- c) Garantir a formação diária e contínua dos jovens residentes, com avaliações constantes, individuais e grupais;
- d) Garantir a intervenção especializada de forma a atingir a autonomização plena dos jovens residentes;
- e) Definir os “Projeto de Autonomização” personalizados, para cada jovem residente;

f) Operacionalizar o conceito de “Participação ativa”, para que cada jovem residente possa traçar o seu próprio projeto de vida;

g) Proporcionar os meios que contribuam para a valorização pessoal, social e profissional dos jovens residentes, designadamente garantindo a interligação do conjunto de parceiros envolvidos.

Para trabalhar com os jovens os técnicos devem elaborar um ficheiro dos jovens residentes, com os respetivos processos, onde conste:

- a) Ficha de identificação;
- b) Ficha sócio-familiar;
- c) Documentos de utilização dos serviços de saúde;
- d) Medida protetiva ao abrigo da qual o jovem foi acolhido.

O técnico está presente de segunda a sexta, pois os jovens ao fim de semana vão para as famílias.

A exceção de um dos jovens só chega à casa ao final do dia e o técnico fica até as 20 horas, os mesmos convivem pouco tempo com o responsável.

Como será possível um técnico trabalhar alguma competência com os jovens nestas circunstâncias?

Os horários laborais não deviam ser de acordo com as necessidades dos jovens?

Os jovens deveriam ser capacitados para as tarefas para depois as realizarem de forma autónoma. Para essa capacitação o técnico deveria estar presente nos tempos de realizar as tarefas para preparar e organizar a realização das tarefas.

3.2. Caracterização sociodemográfica

A “casa da eira” acolhe atualmente cinco jovens, contudo um jovem não tem aplicado nenhuma medida de promoção e proteção e os outros quatro jovens tem aplicado a medida de acolhimento residencial, sendo que um dos jovens transitar para fase de autonomia. O jovem que está em fase de autonomia ainda tem retaguarda da instituição.

Os jovens têm medida de idades de 19 anos e são do género masculino, como demonstrado no gráfico abaixo.

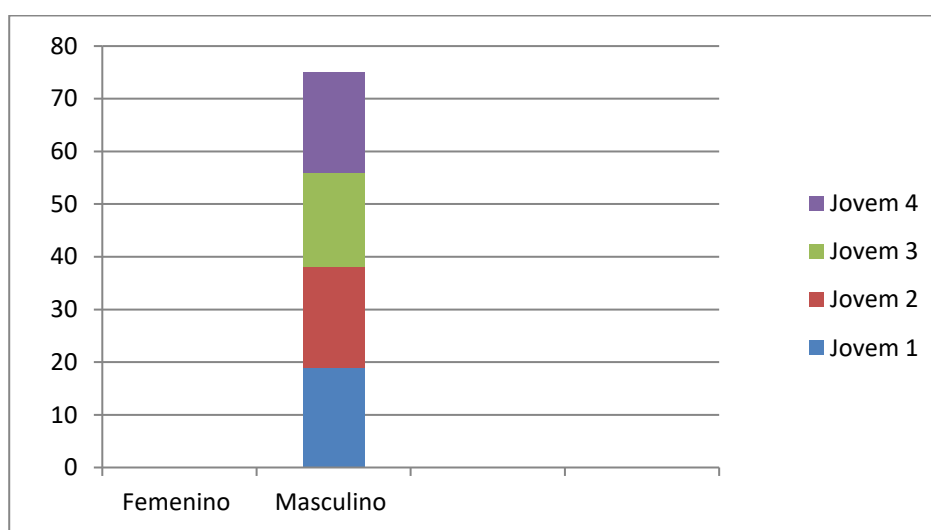


Gráfico 2: Relação entre as idades e género dos jovens-feita pela própria

Podemos verificar que a “casa da eira” acolhe jovens já de maior idade e do sexo masculino.

Os jovens sendo de maior idade requerem um trabalho que vise adquirirem competências proporcionais ao seu estágio de desenvolvimento para a sua autonomia.

Na “casa da eira” o jovem já deve ter projeto de vida muito direcionados e com foco na saída institucional.

3.3. As atividades

Nos primeiros momentos em que estive presente na “na casa da eira”, pode verificar que entre os jovens não existia muita proximidade. Como estava a chegar uma época festiva criei momentos de partilha para que posteriormente os jovens podem construir uma lembrança personalizada para oferecer ao colega.

Criei o jogo do amigo secreto em que cada jovem retirava de um saco o nome de um colega que teria de presentear.

Para a atividade levei objetos e materiais de expressão plástica para que os jovens pudessem construir os presentes para o colega que lhe foi sorteado.

Os jovens pensaram em muitos pormenores em termos de gostos dos colegas que cada presente ficou personalizado e cuidado.

Foi um momento de partilha entre o grupo de jovens, momentos que ficam nas memórias afetivas e significativas, pois os jovens gostaram muito das lembranças e de terem recebido prendas personalizadas.



Imagem 1: Natal

Com o objetivo de recolha de informação e também como forma dar contributos aos jovens, considerei pertinente propor workshops.

Os workshops tinham como objetivo que criar proximidade e uma relação de confiança com os jovens, para posteriormente obter contributos sobre o meu tema em estudo. Considero que desta forma não seria invasivo para os jovens a recolha de informação.

Os workshops permitiram também dar contributos aos jovens, a aquisição de soft skills e de competências que no dia-a-dia pós institucional serão ferramentas uteis.

Assim, no fim dos Workshops uma vez que já existia uma relação de empatia e confiança com os jovens foram realizadas as entrevistas, onde houve espaço para os entrevistados partilharem dificuldades, medos, sonhos e objetivos que foram importantes compreender e analisar no meu estudo.

O primeiro workshop Kitchen` in teve duas sessões. As duas sessões foram realizadas em dois dias diferentes, onde participaram dois jovens

Na primeira sessão os jovens estiveram a escolher receitas, contudo os jovens em conjunto escolheram confeccionar massa a bolonhesa.

Assim que escolhido o prato a confeccionar, o jovem escreveu a receita da massa e escreveram dando o seu gosto pessoal. De acordo com a receita os jovens criaram uma lista de compras e onde deram os valores que achavam que custava cada ingrediente. Por último, os jovens simularam a compra dos ingredientes para na página do continente on-line, neste momento os jovens tiveram consciência dos preços praticados atualmente.

Na segunda sessão o técnico deu 30 euros para irem comprar os ingredientes, antes do momento das compras foi explicado aos jovens que deveriam pedir fatura com contribuinte.

No momento das compras, no supermercado o segurança andava sempre a verificar se os jovens tinham algum comportamento considerado crime ou desvio.

As compras foram realizadas pelos jovens, foi a primeira vez que foram as compras. Os jovens pagaram com o dinheiro dado pelo técnico e no final um dos jovens pediu a fatura com o contribuinte. Os jovens tiveram explicação sobre o porquê de se pedir faturas com contribuinte antes de ir as compras.

As compras já não deveriam de ser os jovens a realizar essa tarefa? A instituição não deveria de promover a aquisição da autonomia?

No meu ponto de vista, os técnicos deveriam de procurar trabalhar junto dos jovens as atividades que fazem parte do dia-a-dia de um jovem que vivessem em autonomia.

O trabalho dos técnicos deve ser potenciar a aquisição competências que facilitem o dia-a-dia do jovem na rotina pós institucional.

É importante o jovem ter consciência de todo o processo de confeção de uma ementa, ou seja, deve preparar uma lista de compras, ir realizar as compras, e por fim a confeção

Numa casa de preparação de autonomia considero importante para os jovens e para o seu processo deslocarem-se ao supermercado, terem consciência do preço dos ingredientes, saber assim fazer uma boa gestão dos recursos económicos.

O trabalho do técnico considero que seria mais eficaz se preparasse com os jovens estas questões. Na minha opinião o técnico poderia preparar com os jovens uma lista de compras e deslocar-se com os jovens uma primeira vez as compras, para que nas vezes seguintes os jovens poderem ir realizar sozinhas essas tarefas.

Os jovens partilharam que quem realizava as compras era o técnico, e os mesmos não tinham ido ainda uma vez.

Como atividades de vida diária podem ser, por exemplo:

- Autocuidado;
- Mobilidade;
- Alimentação;
- Higiene pessoal (banho, idas à casa de banho, controle de esfíncteres);
- Vestir, despir, calçar.

Como atividades instrumentais da vida diária podemos ter, como exemplo:

- Ir às compras;
- Gerir o dinheiro;
- Utilizar o telefone;
- Limpar;
- Cozinhar;
- Utilizar transportes.

Na preparação do jantar os jovens leram a receita e depois foi demonstrado explicado aos jovens algumas questões sobre a confeção.

No momento da confeção os jovens estiveram muito dedicados e interessados, enquanto cozinhavam houve oportunidade de momentos de partilha. Um dos jovens partilhou que quando vai à família ajuda a tia no seu negócio atendendo os clientes que procuram os serviços da tia.

A confeção do prato correu muito bem, depois da confeção chegou o momento de jantar em que participei nesse jantar e foi muito útil para o meu projeto, pode recolher mais informações sobre os gostos, cidade natal dos jovens.



Imagem 2: workshop Kitchen` in

Receita da massa a bolonhesa:

Ingredientes:	
✓	Cebola
✓	Alho
✓	Azeite
✓	Molho de bolonhesa
✓	Carne de novilho picada
✓	Sal
✓	Massa

Tabela 2: Ingredientes

Preparação

1º Passo: Começamos por picar alho e cebola

2º Passo: Juntamos a carne de novilho picada, o sal e deixamos cozinhar em lume médio.

3º Passo: Misturamos muito bem e deixamos cozinhar mais um pouco para apurar.

4º Passo: Num tacho, coza o esparguete em água a ferver durante 10 minutos.

5º Passo: Num tacho, cozemos o esparguete em água a ferver durante 10 minutos.

Por fim servimos a refeição.

A preparação da refeição contribuiu para que os jovens adquirissem competências que serão importantes para a sua autonomia, pois eu expliquei a confecção da ementa, mas foram os jovens que confeccionaram. Este momento com os jovens possibilitou uma maior proximidade, pois enquanto cozinávamos partilhamos diversas experiências na cozinha e contributos para melhorar receitas, partilhamos gostos musicais, gostos sobre locais a visitar.

É importante na construção de relação as pessoas terem aspetos, gostos em comum, pois assim facilita todo o processo.

Um dos jovens referiu mesmo que gostou de partilha as músicas de que gostava, pois nem todas as pessoas gostavam e não se sentia com vontade de partilhar. Enquanto se cozinava um dos jovens colocou umas das suas músicas favoritas e cantou. O jovem partilhou que gostava de cantar no seu quarto, contudo gostou da experiência de ter alguém a ver a concretizar o que mais gosta de fazer.

O feedback de partes dos jovens sobre esta atividade foi muito positivo, pois pediram mais momentos de cozinha e de partilha

Os jovens avaliaram de forma positiva a atividade como demonstra em anexo.

A atividade teve quatro tópicos de avaliação em que a avaliação seria de 1 a 5, um dos tópicos era sobre a pertinência da atividade; relação com a dinamizadora; relação com os pares e por último a importância da atividade para o projeto de vida de autonomia. Um dos jovens avaliou com 4 os quatro tópicos em avaliação, o outro jovem avaliou com 5 os quatro parâmetros.

O segundo workshop teve como nome “EXPLORA-TE”, este workshop teve três sessões, que tiveram a participação de três jovens.

A primeira sessão teve como objetivo o debate sobre temas que fazem parte de autonomia no dia-a-dia.

No âmbito da autonomia os jovens expressaram dificuldade e preocupação na parte da gestão do dinheiro e a preparação do currículo para o futuro estágio ou trabalho.

Na segunda e terceira sessão tive como objetivo contribuir para a autonomia dos jovens, partindo de uma necessidade demonstrada pelos jovens, a construção dos currículos.

O currículo é um documento pessoal que deve adaptado conforme as alterações da vida do sujeito. O currículo é um documento que deve ser único, personalizado, diferenciador e versátil.

Deve conter no currículo toda a experiência académica, profissional (seja estágio ou empregos) bem como informações relevantes, como por exemplo, carta de condução. O documento deve conter o máximo de informações possíveis.

Esta atividade permitiu uma recolha de informações sobre a trajetória escolar que foi útil para o estudo.

Os jovens tiveram interesse na participação da atividade, pois tiveram empenhado na construção do currículo e no fim deram uma boa avaliação.

A atividade teve quatro tópicos de avaliação em que a avaliação seria de 1 a 5, um dos tópicos era sobre a pertinência da atividade; relação com a dinamizadora; relação com os pares e por último a Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia. Um dos jovens avaliou com 4 os quatro tópicos em avaliação, o outro jovem avaliou com 5 os quatro parâmetros e por último o outro jovem avaliou com 5 três parâmetros sendo que a relação com os pares avaliou com 4.

A avaliação que este jovem deu a relação com os pares verificou na observação das interações no dia a dia institucional. Este jovem é um jovem com horários escolares mais diferentes em comparação com os restantes jovens e o facto de não ter proatividade nas tarefas domésticas não promove a relação com o grupo de pares.

3.3. A relação da criança/jovem com a instituição

A tabela seguinte demonstra com que idade os jovens iniciaram o processo de acolhimento e posteriormente entraram para a “casa da eira”.

<i>Início de acolhimento</i>	<i>Entrada para a casa da eira</i>
17 anos	18 anos
12 anos	16 anos
16 anos	18 anos
14 anos	18 anos

Tabela 3: O acolhimento-feita pela própria

Podemos verificar que dois dos jovens tiveram processo de acolhimento mais longos em comparação aos outros dois jovens, contudo o meu estudo é baseado no processo de autonomia que é trabalhado na “casa eira”.

Ao chegar “a casa da eira” os jovens conhecem a casa, que é composta por seis quartos, duas casas de banho, uma cozinha, uma sala e lavandaria.

Posteriormente os jovens têm uma reunião com o técnico, onde é explicado os seus deveres e direitos.

Os jovens da casa da eira, segundo o regulamento da instituição têm como direito:

- Alojamento condigno;
- Uma alimentação adequada;
- Respeito pela sua privacidade e convicções políticas e religiosas;
- Acompanhamento social e psicológico individualizado;
- Formação contínua e diária, no âmbito do desenvolvimento de competências sociais e pessoais;
- Definição de um “Projeto de Autonomização” personalizado, sujeito a avaliação contínua pelo jovem residente e pela equipa técnica;
- Acompanhamento a nível escolar, a nível do curso de formação profissional frequentado e a nível profissional;
- Dispor de dinheiro de bolso, de acordo com a fase de autonomização em que se encontrar;
- Solicitar apoio na resolução de qualquer situação pessoal

O jovem em contrapartida tem como dever:

- a) Manter em bom estado de conservação os bens utilizados, se danificados terão sob pena ter de repará-los;
- b) Lavar ou tratar da sua roupa nos locais destinados a esse fim;
- c) Observar hábitos de higiene pessoais;
- d) Manter, diariamente, a limpeza, arrumação e organização do seu quarto e objetos de uso pessoal;
- e) Abster-se fumar nos quartos e dentro das instalações envolventes do Lar Juvenil.
- f) Assegurar a limpeza e organização das zonas comuns da residência e bem assim a confeção das refeições, de acordo com a divisão de tarefas determinada;
- g) Colaborar com o pessoal que presta serviço na residência ou que a ela se desloque em serviço;
- h) Respeitar os horários determinados quanto às entradas e saídas, refeições, reuniões individuais e de grupo, formação pessoal e atividades temáticas;
- i) Adotar uma conduta de respeito em relação aos outros residentes e à equipa técnica e de apoio;
- j) Abster-se de facultar a entrada a pessoas estranha à residência, salvo tratando-se de visitas, com a autorização da equipa técnica;
- k) Colaborar com a equipa técnica e de apoio no que for solicitado;
- l) Participar nas despesas da residência, de acordo com os critérios de participação determinados;
- m) Abster-se da prática de qualquer ato que se integre no âmbito do direito penal.
- n) Responsabilizar-se pelo bom funcionamento da residência.

Os jovens têm dever de contribuir com percentagem do seu rendimento para o funcionamento e despesas da instituição, ou seja, despesas de alimentação, despesas de manutenção.

O valor que cada jovem tem de contribuir é de 485euros, dos quais:

- ✓ 200€ para pagamento de renda.
- ✓ 125€ para alimentação.
- ✓ 100€ para despesas variadas (Água, Luz e Gás).
- ✓ 60€ para dinheiro de bolso, dos quais 10€ serão direcionados para poupança, nomeadamente na compra de equipamento (computador, mobiliário, roupas, etc).

No seguimento destes deveres, existe aplicação de sanções económicas para quando os jovens não cumprem algum dos deveres.

Segundo o manual de Boas Práticas da Segurança Social, deve ser apelado junto das crianças/jovens a participação nas diversas atividades da rotina diárias domésticas, estas tarefas devem ser geridas de acordo com o estado de desenvolvimento em que o jovem se encontra. Os jovens devem ser responsáveis pela arrumação do seu quarto, limpar a casa de banho principalmente após a terem utilizado, devem ser responsáveis também pela arrumação da zona de refeição, estas tarefas devem ser semelhantes ao ambiente de uma casa. ~

A participação dos jovens nas atividades tem como a preparação para a autonomia, por esse motivo é importante os jovens perceberem o impacto que a sua participação tem na vida institucional e que contribui para o bem-estar de todos. Os jovens devem então ser responsáveis pelo rigor ou aperfeiçoamento das tarefas.

De acordo com o manual de Boas Práticas da Segurança Social (2003), a inclusão das crianças nas tarefas de rotina e gestão da casa, são muito positivas e devem fazer parte da conservação e funcionalidades da instituição.

A colaboração de todos nas tarefas de casa possibilita uma maior proximidade entre os jovens e promove o espírito de equipa.

O manual de Boas Práticas da Segurança Social, a realização das tarefas permite as crianças/ jovens residentes verem a casa onde habitam, como sua própria casa, e reforçam os laços de solidariedade e entreajuda, por um lado, e de aquisição de competências que ajudaram no processo de autonomização futura. Os técnicos não devem recorrer às crianças / jovens para realizar tarefas que deveriam ser prestadas outras pessoas, nem que estas prejudiquem, pelo seu peso, desadequação ou horários, a “tarefa” primordial, que é a educação e a formação.

Não é agradável a realização das tarefas, contudo o Manual de Boas Práticas Segurança Social, deve ser explicado aos jovens que para que se possa fazer atividades que se gosta têm que realizar tarefas que se gosta menos gosta, em horários que nem sempre podem ser escolhidos por eles.

Os técnicos devem ter atenção para que as tarefas não sejam vistas como algum castigo, mas que a aquisição de competências que serão uteis para cada um quando sair da instituição pois fazem parte do dia-a-dia da gestão de uma casa.

Segundo o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, as crianças /jovens têm que ser informadas que as realizações das tarefas fazem parte do seu “contrato” quando integram a resposta.

As crianças e jovens deverão aprender que estas tarefas estão incluídas no seu “contrato”, mas mesmo sendo algo imposto podem ter sensações de satisfação referente contribuição para a vida em comum.

As crianças/ jovens enquanto realizam e depois da realização podem e devem refletir sobre si próprios, pensar, conversar com alguém, desta forma em vez de sentirem que estão a “perder tempo” “estão a “ganhar tempo”.

De acordo com o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, é lúdico e pedagógico que a criança ou o jovem contribuam nas tarefas e que compreendam que as tarefas não aparecem feitas e que cada um deve contribuir com o seu esforço. Deve ser realizado juntos das crianças/ jovens contribuem para a sua autoestima e no dever social de cada um.

Segundo o Manual Boas Práticas da Segurança Social, o número de tarefas atribuído a cada jovem deve ser acertado, negociado. A criação de tabelas para organizar as tarefas e horários é importante pois permite a variação e equidade justa, que se não existisse poderia prejudicar a relação entre os colegas. Deverá ser analisado a capacidade física, intelectual e apetência para a realização das mesmas.

No dia-a-dia fora da instituição os jovens terão que ter competências para realizar as tarefas básicas que a autonomia requer.

A autonomia requer o indivíduo seja capaz de satisfazer as suas necessidades, como alimentar-se, cuidar da sua higiene e da sua casa

As tarefas que os jovens devem realizar na casa são: arrumar o seu quarto, a casa de banho, a cozinha e a sala.

Os jovens também são penalizados pelo técnico se falarem as aulas, se não respeitarem os horários, se não cuidarem dos espaços institucionais e se levarem terceiros para a casa sem autorização.

Os jovens terão consigo 50 euros, destes podem ser retiradas algumas quantias caso os jovens não comprem algumas regras ou tarefas, na tabela seguinte podemos verificar quais o item que a instituição penaliza e quais os valores referentes a penalização.

Itens a Penalizar	Valor
Ausência de registos no Livro	3.00 €
Suspensão Escola	2.50 € (Por cada dia)
Falta Injustificada escola/curso	1.00 € (cada falta)
Visita à Casa de elemento externo não pedido	3.00 €
Visita marcada à Família e não cumprida	5.00 €
Desarrumação no quarto	1.00 €
Degradação no Espaço envolvente da Casa	2.00 €
Espaços Comuns não Organizados (Sala de Estar, WC's, Cozinha)	2.00 €
Louça por lavar	3.00 €
Não cumprimento dos horários estabelecidos	10.00 €
Dormida fora de casa sem autorização	30.00 €
Agressão física ou verbal grave a colega de casa	25.00 €
Recusa/Execução mal feita das tarefas determinadas	7.50 €

Tabela 4: Penalizações a executar na Residência de “Autonomização Casa de Autonomia”
- Tabela institucional

Os jovens também têm como sanção ou penalização quando não cumprem o compromisso das regras entre a residência e o jovem, a repreensão escrita, perda do direito a residência.

A sanção de repreensão oral consiste num reparo pela infração praticada, feito oralmente.

A sanção de repreensão escrita consiste num reparo pela infração praticada, registada na ficha individual.

A sanção de perda de direito de residência implica que o jovem residente saia da residência.

Haverá uma equipa Técnica e de Apoio, responsável por organizar e desenvolver as atividades e por manter a ordem e o bom funcionamento.

Na “casa da eira” os jovens podem contar com uma equipa técnica e em particular a técnico que está com a responsabilidade da casa.

Cada jovem poderá recorrer à equipa sempre que tiver necessidade de apresentar um problema ou resolver uma questão pessoal.

Segundo o Instituto da segurança social, o manual de boas práticas refere que a casa de acolhimento deve privilegiar o trabalho de equipa, contudo é importante ter preocupação na constituição da equipa.

A equipa de ser constituída por uma direção ou diretor técnico. O diretor deve orientar a equipa dando diretrizes de trabalho e devem ser claras para a equipa.

Uma equipa técnica deverá ser constituída por uma equipa técnica, equipa de saúde, entre outras.

É fácil compreender que todos os elementos destas equipas são importantes e que nenhuma consegue funcionar bem sem a colaboração da outra.

Nestas equipas poderão participar, por exemplo, a diretora técnica, técnicos de serviço social, pessoal de saúde, nutricionista, psicólogo.

Numa equipa de trabalho é importante que todos os elementos saibam e compreenda a visão e os objetivos. A equipa deve ser dinâmica e participativa iniciativa, assim conseguem prestar o melhor serviço as crianças/jovens qualidades

Trabalhar em equipa possibilita maior capacidade de lidar com desentendimentos e conflitos.

Cada elemento deve ser flexível, criativo e com comunicação assertiva.

Quando não se trabalha sozinho permite que cada elemento se sente mais apoiado e motivado, pois trabalhar com crianças e jovens tem os seus desafios que podem levar a desgaste.

Segundo o regulamento da instituição a “casa da eira” é constituída por um psicólogo e um assistente social na equipa técnica é constituída obrigatoriamente por um técnico com formação em Psicologia e por um técnico com formação em Serviço Social.

Às equipas técnicas das residências de autonomização cabe, nomeadamente: a avaliação do “Processo Individual de Autonomização”, definir o “Projeto de Autonomização” para cada jovem residente e bem assim avaliar sistematicamente o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesse projeto; definir, participar e acompanhar as atividades desenvolvidas ao nível da formação pessoal dos jovens residentes; efetuar a avaliação periódica individual de cada um dos jovens residentes, que incluirá designadamente a ponderação devida quanto ao seu percurso escolar, profissional e a participação nas atividades das residências de autonomização; efetuar reuniões de grupo semanais com os jovens residentes, avaliando o desenvolvimento das tarefas e atividades; e fazer cumprir os horários estabelecidos para o funcionamento da residência; realizar reuniões de equipa, com o objetivo de analisar cada caso, planear as sessões de formação e outras atividades e estabelecer uma rede de contatos com as entidades públicas e privadas com intervenções nos domínios da habitação, emprego e formação profissional.

Numa equipa, segundo Almeida (2016), em serviço social é importante haver um gestor de caso, esse elemento terá que prestar assistência de forma empática, solidária as crianças e jovens, ou seja, terá que estabelecer uma relação de ajuda. O gestor de caso deve ser a figura de referência/vinculação da criança/jovem. Este profissional tem de promover e fomentar uma relação de confiança, empatia para que esta possa partilhar a sua história de vida. O técnico deve construir um projeto de vida com a criança/jovem, tendo em consideração a sua história de vida.

Este gestor deverá acompanhar o jovem desde o início do acolhimento, na fase inicial do acolhimento a criança/ jovem deve evitar minimizar as consequências da mudança.

De acordo com o Instituto da segurança social, o manual de boas práticas refere que o acolhimento na estrutura residencial deve ter em atenção os riscos que importa minimizar, como os de perda de vínculo afetivo, perda de identidade, desenraizamento, receio da mudança, tendência a rejeitar a integração, auto-culpabilização ou sensação de estar a sofrer uma punição.

O técnico responsável da “casa da eira” deve procurar conhecer a história de cada criança e jovem.

O técnico deve receber os jovens num local confortável, sem perturbações de terceiros e/ ou outros ruídos à comunicação. O ambiente deve ser acolhedor, de modo a facilitar a comunicação.

A criança/jovem deve sentir-se segura e com confiança para pode escolher o seu quarto, falar dos seus hábitos, crenças, gostos, desejos, atividades, medos e sobre a forma como gosta de ser tratado.

Para se sentir segura é realmente importante a criança/ jovem deverá ter uma figura de vinculação, uma pessoa de referência e quem se sinta a vontade para recorrer se necessitar.

Segundo Bee (1996) a vinculação ocorre quando existe uma relação onde um individuo experiencia sentimento de presença do outro. A figura de vinculação é uma segurança de onde o outro cria relações e explora o mundo. A vinculação é um direito universal que o individuo tem para estabelecer / criar laços afetivos e significativos, que lhe proporcionem segurança e confiança para explorar o mundo.

De acordo com Canvarro (1999), a vinculação prende-se com o facto de criar uma relação significativa que uma vez estabelecida, perdura no tempo. A relação/ligação de vinculação serve como um porto de abrigo para situação mais difíceis e como uma força para explorar o meio ambiente.

Ainsworth (1991), considera como elemento central da vinculação, o fenómeno da base segura, tanto no período da infância como ao longo da vida. Uma relação de vínculo segura é a relação que permite e facilita e dá competências no mundo em redor a relação. Na infância a vinculação é mais direcionada para as competências comportamentais e na idade adulta requer um olhar fora das normas comportamentais e adquirir competências ao nível de comunicação pois será importante para abrir caminho para esfera representacional.

De acordo com o Manual de boas práticas do Instituto da Segurança Social (2003), deve ser informado a criança/ jovem que viver numa casa de acolhimento é sempre diferente do que numa casa e que por vezes poderá ser mais difícil, contudo deve ser também informado e assegurado que vai ser feito tudo para que a criança/ jovem se sinta bem, e que irá passar por um processo evolutivo.

A criança/jovem deverão sempre informar as questões e situações que podem ser negativas, que causem sofrimento, desconforto. É imperativo que a criança /jovem entrem numa casa onde residem outros e que por esse motivo podem surgir conflitos, mas que não é significativo de algo anormal.

No âmbito das entrevistas os jovens referiam que quando chegaram a “casa da eira”, puderam escolher os quartos e também personalizar aos seus gostos. Os jovens têm quartos individuais, o que permite ter um espaço que sintam que lhes pertencem, um espaço que vejam a sua identidade e privacidade salvaguardada e respeitada.

Em relação as questões de condições de habitabilidade três dos quatro jovens responderam que a casa tinha boas condições, contudo um dos jovens referiu que:

“Manuel”¹ – “mais o menos, acho que é muito fria e partes da casa não estão em bom estado, como as janelas não estão em bom estado”.

Nesse processo de acolhimento os quatro jovens referiram que tiveram conhecimento dos seus objetivos/ projeto e vida

Os objetivos para o “Ricardo”:

- ✓ Trabalhar a autoestima/confiança.
- ✓ Incentivar e motivar o jovem para a conclusão do curso com sucesso.
- ✓ No projeto da Casa da Eira deve desenvolver as suas competências como preparação para a sua autonomia de vida.

No âmbito do meu estudo, o contacto que tive com o jovem pode verificar que o jovem não tem confiança nele próprio. Ao longo da entrevista percebi que este jovem se encontra muito desmotivado para várias áreas da sua vida. Nas atividades domésticas o jovem muitas vezes não realiza e sofre penalizações económicas por não as cumprir.

Os objetivos de “Manuel”:

- ✓ Motivar o jovem para concluir a sua formação.
- ✓ No projeto da Casa da Eira deve desenvolver as suas competências como preparação para a sua autonomia de vida.

O jovem tem atualmente o desejo e objetivo de tirar a carta.

É um jovem que realiza as tarefas que lhe são propostas.

Os objetivos do jovem “Pedro”:

- ✓ Trabalhar a relação entre o Rui e a sua mãe (D. Carla).
- ✓ Incentivar e motivar o Rui para a realização do estágio com sucesso.
- ✓ No projeto da Casa da Eira deve continuar a desenvolver as suas competências como preparação para a sua autonomia de vida.

¹ Os nomes usados ao longo deste relatório, são nomes alterados, não os verdadeiros, pois pretende-se salvaguardar a privacidade e identidade dos jovens.

Através do contacto com este jovem verifiquei que gosta de ajudar os colegas e realiza com facilidade as atividades domésticas.

Os objetivos de “Carlos” são os seguintes:

- ✓ Motivar o jovem para concluir a sua formação.
- ✓ No projeto da Casa da Eira deve desenvolver as suas competências como preparação para a sua autonomia de vida.

Junto do jovem pode perceber que realiza as tarefas muito em conjunto com outro colega, pois são dois jovens que têm os horários mais compatíveis.

Na entrevista foi questionado aos jovens como descreveriam o dia-a-dia na instituição, ao qual responderam que seria acordar, preparar para ir à escola, depois das aulas chegam a casa organizam algumas tarefas, jantam e de seguida vão descansar.

No regulamento da instituição podemos verificar que na “casa da eira” existe como atividade a reunião individual de grupo que pretende ser realizado com frequência semanal e organizadas pela equipa, são espaços privilegiados para discussão dos aspetos relativos ao funcionamento das residências, os problemas pessoais de cada jovem, o seu comportamento e desempenho no emprego / formação profissional / escola, entre outros. Uma segunda atividade será a formação pessoal que se realiza duas vezes por semana e são organizadas pela equipa.

Nestas sessões, os jovens poderão adquirir conhecimentos sobre a vida em conjunto com os outros, a gestão doméstica, o cumprimento de horários, entre outros.

Uma terceira atividade será as tarefas domésticas, para a realização deve existir uma escala semanal com as tarefas referentes a cada jovem, sendo que um dos jovens residentes designados pela equipa técnica tem a responsabilidade de verificar a elaboração e cumprimento da mesma. o jovem responsável deverá informar a equipa sobre os diversos assuntos. No entanto, não ocupa um nível hierárquico superior aos demais colegas, tendo apenas responsabilidades específicas.

Em relação as reuniões individuais ou de grupo o técnico informou que são realizadas em conformidade com as necessidades do grupo, mas sempre que o jovem solicitar seja uma reunião de grupo ou individual o técnico organiza.

Outro ponto analisado na entrevista referente a dinâmica da instituição foi em relação aos horários, o regulamento da instituição define que de domingo a quinta-feira a jovem devem deitar-se até as 23 horas, porém as 6^{as} feiras, sábados e vésperas de feriados o jovem deve deitar-se até às 24 horas.

De acordo com o Manual de Boas Práticas do Instituto da Segurança Social (2003), é muito importante para criar rotinas, para isso é importante as crianças /jovens tenham horários definidos. As rotinas são essências para o desenvolvimento da criança /jovem, pois promove equilíbrio da criança.

Os horários devem ser flexíveis e ajustados a cada criança/jovem, contudo deve haver respeito pelos horários do grupo de pares. Cada criança/jovem tem os seus horários de aulas, contudo também devem ter atenção aos horários da “casa da eira”, pois existem tarefas comuns, como arrumações, limpezas, e as refeições.

Um aspeto importante referir é o momento de refeição, pois verifiquei que o técnico cozinha muitas vezes para os jovens, na entrevista os jovens referiram também que o técnico realmente cozinha várias vezes.

Considero importante para os jovens partilharem o momento de confeção e da refeição em si.

O momento de refeições é um espaço a partilha e diálogo que deve ser importante para os criança/jovem.

O momento de refeição parece um momento simples e diário em que todos de casa estão juntos, este momento pode servir para que os jovens partilhem entre si situações do seu dia, conversem, e assim potenciar nos jovens a valorização da cumplicidade, da atenção e do afeto.

O momento de refeição é um dos momentos que deve ser de união, por esse motivo ao técnico deve privilegiar e potenciar que os jovens façam as refeições juntos.

Quando realizamos o workshop dei importância a ficar a jantar com os jovens., pois é um espaço privilegiado para a partilha, que permitiu conhecer mais aspetos da história de vida dos jovens.

De acordo com o que pude observar durante o tempo que estive na “casa da eira” três dos jovens tenta fazer a refeição juntos, contudo um dos jovens não pode jantar com os pares pois estuda no período da noite.

Estes momentos contribuem para fomentar a relação e dinâmica entre os jovens. No momento da entrevista coloquei a questão, “como descreve a relação com os colegas?”, esta questão foi respondida de igual forma pelos quatro jovens, responderam que teriam uma boa relação entre os colegas.

Durante o tempo que estive na “casa da eira” pode verificar que dois dos jovens teriam maior proximidade, esta relação também é facilitada por estes dois jovens terem horários escolares semelhantes. Em contrapartida o jovem “Ricardo” como o horário escolar é pós-laboral não permite convívio com os outros jovens.

Os jovens “Manuel” e “Carlos” como partilham mais experiências e vivências, verifica-se uma maior proximidade entre estes dois jovens.

Segundo Boivin (2015), a interação das crianças/ jovens com os seus pares é importante pois constrói relações e competências a nível social e normaliza as relações sociais, contudo se surgirem conflitos, desentendimentos e divergências poderá ter um impacto negativo no desenvolvimento social e emocional a longo prazo. Os conflitos de forma precoce, gera diferentes problemas como a ausência escolar, delinquência e problemas de nível emocional, como experiência sentimentos de solidão, depressão e ansiedade.

É normal numa casa existir conflitos e na “casa da eira” não será diferente, pois cada jovem tem a sua personalidade e identidade e interesses, que em confronto com jovens com esses aspetos diferentes poderá dar origem a confrontos entre os jovens.

Pode verificar que os jovens apesar de na entrevista realçarem que se dão todos bem, no dia-a-dia da instituição não se verifica, pois, os jovens “Manuel” e “Carlos” explicaram que muitas vezes realizam as tarefas sozinhos, porque o “Ricardo” não ajuda nesse aspeto.

Em conversa com o técnico fui realmente informada que o jovem muitas vezes sofre penalizações económicas por falta de cumprimento da realização de tarefas, por esse motivo o jovem muitas vezes não tem dinheiro de bolso.

Será mais importante castigar ou penalizar o jovem por não cumprir as tarefas, ou o essencial deveria ser compreender a destituição de jovem e trabalhar as causas desse estado de espírito?

Acredito que a desmotivação do jovem tem por trás causas que poderiam ser compreendidas e trabalhadas, desta forma melhoraria a sua integração na casa e a relação com o grupo de pares.

Os conflitos fazem parte da convivência social, mas há que dar-lhes uma solução. Numa situação de conflito ou crise é importante compreender antecedentes e consequências.

De acordo com o Manual de Boas Práticas do Instituto da Segurança Social, no processo de mediação de conflitos é importante compreender têm origem em mal-entendidos, muitas vezes o conflito tem por base falta de comunicação ou ruído na comunicação.

Todas as crianças/jovens têm o direito e devem ser ouvidas, contudo também devem ter escuta ativa para os outros. Uma boa comunicação é essencial para a resolução de conflitos.

Segundo o Manual de Boas Práticas do Instituto da Segurança Social (2003), viver em grupo não é fácil, nem sempre existe harmonia e paz entre os jovens e é importante uma figura mediadora desses conflitos. Os conflitos aumentam quando as crianças ou jovens sentem-se “obrigados” a dividir um espaço e partilhar partes da sua intimidade. Os jovens não escolheram viver juntos e terão gostos e sensibilidades, ideias histórias e valores e ainda podem estar revoltados ou inconformados pela sua situação atual e por terem saudades da vida e rotina que tinham.

Quando acontece conflitos é importante que os técnicos tenham cuidado e respeitem as pessoas envolvidas, tendo por base o direito de privacidade, confidencialidade e liberdade de opinião e expressão, segurança e proteção.

Quando existe respeito mútuo e compreensão é promovido relações saudáveis, seguras e ambiente mais feliz.

3.4. Recursos sociais e culturais

Neste ponto analisei o percurso escolar de cada jovem e as dificuldades sentidas nesse caminho.

A tabela a baixo demonstra as habilitações literárias de cada jovem, pois os diplomas são importantes para o processo de autonomização.

<i>Jovem</i>	<i>Escolaridade</i>
Manuel	Frequência no 10º ano no curso técnico de fotografia (Escola Infante de Gaia)
Pedro	Frequenta o curso de cozinha para ter equivalência ao 12º ano
Carlos	Frequência no 11º ano no curso Restaurante/Bar da (Escola Profissional de Gaia)
Ricardo	Frequenta o curso EFA para ter equivalência ao 12º ano na escola secundária dos carvalhos

Tabela 5: A escolaridade dos jovens da “casa da eira” - feita pela própria

Durante o tempo que pude estar em contacto com os jovens “Ricardo” na fase inicial não estava satisfeito com a escola, frequentava o curso de cozinha na escola alternância. Os motivos que dava para falar era que os professores não davam matéria nova, não gostava dos colegas de turma e que era longe a escola e por esse motivo perdia muito tempo nos transportes.

O técnico que acompanha o jovem referiu que seria a última oportunidade que seria dada ao jovem, pois se o jovem não estivesse a frequentar a escola teria que regressar a casa do pai.

A escola que o jovem frequentava foi a única que aceitou o jovem nas turmas, tanto o jovem como técnico informaram que procuram várias escolas. No primeiro dia o jovem foi acompanhado por um colega, pois não sabia o percurso.

No sentido de solucionar o problema os jovens com o apoio do técnico procuraram outro curso e outra escola para o jovem não ficar com a escolaridade por terminar e correr o risco de ter de abandonar a “casa da eira”.

O jovem frequenta atualmente uma escola próxima da “casa da eira” o curso EFA para obter a equivalência ao 12º ano.

No último momento que estive com o jovem questionei como se estava a adaptar e se estava a gostar do novo curso, o jovem respondeu que sim que estava a gostar e que a turma era mais tranquila e que estava a correr bem as aulas, que não faltava. Este jovem já reprovou várias, ou seja, teve insucesso escolar.

Se uma criança ou jovem não for estimulada e não se identificar com a escola, o facto de ser obrigada a frequentá-la até aos 18 anos, promove ou não o insucesso escolar?

Não podemos fazer de insucesso escolar sem falar das suas causas: associada por vezes a questões socioeconómicas e a uma dificuldade de adaptação de alunos que provêm de estratos sociais mais desfavorecidos. Para além disso, os alunos que têm insucesso escolar podem não se sentir motivados para estudar ou para frequentarem a escola.

Segundo Antunes (1991), o conceito de insucesso escolar é visto socialmente como o facto de não ter vontade de estudar/aprender; estudar pouco e não ter um método de estudo organizado; não ter uma meta de vida; preferir “brincar” a estudar; obter fracos/baixos resultados; ter professores que desmotivam; não ter sentido de competição; frequentar escola mal organizadas e ter falta de apoio familiar.

Antunes (1991) o fator de falta de apoio familiar é uma das que têm mais impacto. O insucesso escolar é visto como a incapacidade da criança/jovem de atingir os resultados e as metas que a escola pré-define. Importa referir que insucesso escolar é um forte indicador da desigualdade e da iniquidade e da ineficiência dos sistemas escolares, e as taxas de retenção e desistência são, por sua vez, indicadores robustos do insucesso em alguns países, como já referimos.

De acordo com Lemos (2013), análise da sua evolução do insucesso escolar é de grande importância para a compreensão das políticas públicas de educação das últimas décadas, dos sistemas escolares dos países que, como Portugal, usam a retenção/repetência na estruturação dos percursos escolares dos alunos.

Após esta explicação do insucesso escolar, podemos constatar que o facto de “obrigarem” as crianças e os jovens estudarem até mais tarde, não significa que tenham mais ou melhor aproveitamento escolar, uma vez que existe uma multiplicidade de fatores associados.

Considera-se, ainda que é fulcral a integração de equipas multidisciplinares nas escolas, para desta forma se poder conhecer a realidade de cada criança e adaptar a escola às suas necessidades.

Uma das alternativas para o jovem foi a frequência num curso EFA uma vez que não se adaptou a outras formas de ensino e teve insucesso escolar no anterior curso.

O jovem estará que estar inscrito no sistema escolar, pois se não estiver a frequentar a escola a medida de acolhimento será sessada.

Segundo a ANQEP, os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) é um caminho com flexibilidade académica, a duração destes cursos não é comum, varia consoante os cursos.

Estes cursos foram idealizados para adulto, com o objetivo de adquirirem competências e recursos sociais, e académicos e profissionais que serão uma mais-valia no exercício de uma atividade profissional e também aumentam as suas habilitações literárias.

Segundo ANQEP, os cursos EFA variam de duração de acordo com o nível de certificação, pode ser correspondente o ensino básico, secundário, de dupla certificação ou no âmbito do desenvolvimento de competências profissionais.

Os cursos EFA têm como base três unidades curriculares. A formação de base, que se refere a formação de adultos de nível básico ou nível secundário. É escolhido para o adulto obter uma qualificação escolar.

Em segundo formação tecnológica é organizada com unidades de formação de curta duração ou unidades que visam criar competências com o objetivo de darem resposta ao seu perfil profissional. A última unidade curricular é a formação em contexto profissional, ou seja, devem aplicar os conhecimentos anteriormente aprendidos na empresa e no contexto de trabalho.

A parte prática será útil para o jovem para a sua inserção no mercado de trabalho, pois terá contacto com empresas e que poderá ser uma porta para a sua atividade profissional.

Os outros três jovens frequentam o curso que gostam, o “Manuel frequenta o curso de fotografia, tem já uma máquina profissional e adora fotografar. O “Carlos frequenta o curso de restauração também gosta do curso, quer fazer o estágio do curso para trabalhar a componente prática do curso. O jovem “Pedro” em breve irá realizar o estágio curricular do curso de restauração, do qual tem gosto e motivação para a área.

É importante o jovem se identificar com o curso, com os pares da turma e com as matérias dadas.

O papel da escola é essência na construção da autonomia do jovem, pois promove diferentes vivências e contribui para o processo de autonomia do jovem.

Segundo Almeida (2013), a escola é o segundo contexto apresentado aos pais depois da família, é onde a criança aprende a ser sujeito na vida.

A escola potencia o início da interação do jovem com a sociedade, desempenhando assim um papel decisivo e importante.

O jovem no contexto da escola adquire mecanismos positivos, como o diálogo, comunicação e assim potencia a criação de relações sociais que promovem o desenvolvimento psicossocial e humano dos jovens.

De acordo com Almeida (2013), a escola tem um papel democratizador, socializador e potencia as condições de vida.

A potencialidade da escola como instrumento democratizador, socializador e impulsionador da melhoria das condições de vida é amplamente reconhecida. A escola pública está presente em todo o país, e aquelas que apresentam a qualidade desejada constituem-se em referências para as famílias e comunidades quando projetam o futuro de seus filhos.

No momento atual é cada vez mais urgente a educação pois é importante para o desenvolvimento humano.

Segundo Almeida (2013), o ser humano deve ser consciente quanto a sua responsabilidade e dignidade, contudo os meios de comunicação social oferecem às pessoas a possibilidade de se informarem e cultivar os valores da inteligência, da vontade, da cultura, além daqueles valores éticos e morais.

A educação prende-se com a parte humana do indivíduo. Educar é potenciar o desenvolvimento da personalidade e do carácter e assim tornar o indivíduo mais humano.

O ser humano educa-se à medida que se torna mais consciente e responsável de si mesmo.

A escola exerce dois papéis essenciais o papel de socialização e democratização e o acesso ao conhecimento e promove a construção moral e ética das crianças e jovens.

O papel da escola contribuir para a construção de pessoas conscientes, críticas e com potencial transformador de si mesmos.

Ainda no âmbito da socialização e recursos culturais, em entrevista foi questionado sobre os gostos e interesses culturais e se praticou ou pratica algum desporto, o jovem “Carlos” disse que gostava de jogar futebol.

O jovem “Pedro” já praticou boxe e atualmente pratica atletismo, o jovem referiu que o atletismo requer muita disciplina e lhe alterou hábitos alimentares e regras a nível de horários,

O desporto é visto como atividade de ocupação de tempos livres e é visto como algo que faz bem a saúde das crianças e jovens.

Segundo Pinheiro, Costa, Joel e Sequeira (2008), a realização de exercício físico independentemente da idade, tem mais-valias a nível físico, psíquico e social.

A nível físico o desporto ajuda a nível de peso e reduz o risco de doenças cardiovasculares, reforça músculos e articulações.

A nível psíquico melhora a forma como os indivíduos veem a sua imagem, pois melhora o aspeto físico e por consequência aumenta a autoestima.

A nível social promove a criação de laços sociais, no âmbito de amizade, ou seja, o indivíduo experimenta de pertença de um grupo.

De acordo com Pinheiro, Costa, Joel e Sequeira (2008), existem vários valores transmitidos pelo desporto.

O valor da saúde, ou seja, o exercício melhora a saúde através de um estilo de vida saudável.

Outro valor é o da cooperação pois sendo um desporto de equipa trabalham por um objetivo comum e todos se unem em prol desse objetivo. Este valor na “casa da eira” seria útil para promover a ajuda entre os jovens.

Um dos valores que o desporto potencia é o do respeito, ou seja, ter consciência que todos erram e deve apoiar os colegas.

O valor da amizade é passado pois os jovens conhecem pessoas novas e pode criar relações de amizade.

A justiça é um dos valores transmitidos pelo desporto, ou seja, os jovens não devem permitir vantagens injustificadas. No âmbito da “casa da eira” quando um colega é vítima de injustiças deve ser apoiado pelos demais colegas.

O valor da multiculturalidade pois os jovens lidam com o jovem de culturas diferentes, com o capital económico diferente. Este valor ajudará os jovens da “casa da eira” a aceitar as diferenças dos elementos dos grupos de pares.

Um dos valores adquiridos no desporto é o valor do empenho, pois compreendem que têm um objetivo a atingir e terão que lutar e trabalhar e se dedicar a esse mesmo objetivo, é necessário muito trabalho, esforço e dedicação, sem os quais nunca obterão sucesso.

O valor da derrota, este valor permitirá o jovem compreender que na vida poderão existir insucessos e é importante saber gerir ao longo da vida.

Estes valores são estruturais no desenvolvimento humano, a nível pessoal e profissional.

No âmbito da entrevista pode também perceber que os jovens identificam locais ao redor da instituição onde podem passear e conhecer pessoas novas.

Segundo GOFFMAN (2005), as instituições totais criam um distanciamento entre o grupo que tem autoridade e o grupo que é controlado. Os jovens nestas instituições habitualmente vivem com um contacto restrito com o mundo fora da instituição. Os jovens frequentemente vêem os técnicos como figuras que não são condescendentes, ditadores e mesquinhos. Técnicos são vistos como superiores e corretos e donos da verdade e os jovens em contrapartida como inferiores, fracos e culpados e criticáveis.

Estas instituições tradicionais tendem a criar um sentimento em relação dos jovens de apropriação e exclusão, rejeitando tudo que vá em desencontro ao que planearam para os jovens.

Pode verificar juntos dos jovens que não existem atividade realizadas no exterior, os jovens têm rotinas definidas e com pouco espaço para atividades fora das rotinas, pois durante a semana os jovens passam o dia na escola e de seguida voltam a casa jantam e por fim vão descansar. Ao fim de semana os jovens irão para junto da família.

Contudo o jovem “Ricardo” tem uma rotina diferente pois tem aulas das 19 até as 23, na minha opinião poderia ser trabalhado durante o dia competências relacionais e atividades extra instituição e escola para que o jovem tivesse algo que gostasse de realizar e o motivasse para as outras áreas. Tanto o técnico como o jovem referiram que o mesmo só acorda na hora do almoço e depois não tem atividades até ir para as aulas.

Segundo o Manual de Boas Práticas da Segurança Social (2003), as instituições devem promover e facilitar a participação das crianças ou jovens em atividade fora dos muros institucionais, pois estimulam as suas competências relacionais e sociais que contribuem para a sua autonomia.

As atividades podem ser variadas como desportivas, artísticas, culturais, recreativas e/ou religiosas, é importante que estas atividades estimulem e capacitem as crianças/jovens.

Estas atividades podem ter maior participação se as crianças/jovens forem envolvidos no planeamento e tiver voz na organização da atividade.

Na minha opinião as atividades devem ser programadas e planeadas em conjunto com os jovens, devem ser as mais variadas possíveis, devem promover a inclusão e a participação na comunidade.

Os técnicos devem promover atividades que apelem a participação dos jovens na comunidade e a comunidade na instituição para facilitar o contacto dos jovens com o mundo exterior a instituição.

3.5. Percurso profissional

Os quatro “jovens da casa da eira” no momento de entrevista falaram da sua trajetória profissional. Os jovens referiram que não tinha exercido uma atividade profissional, contudo dois dos jovens tiveram experiências próximas.

Jovem	Experiência
Manuel	Ajuda a tia no negócio, trabalha a atender o público na roulotte da tia.
Pedro	Não tem experiência profissional.
Carlos	Não tem experiência profissional.
Ricardo	Estágio curricular num restaurante realizado no âmbito do curso profissional.

Tabela 6: Trajetória profissional- tabela feita pela própria

O jovem “Ricardo” no momento da entrevista referiu que gostava de ser cozinheiro, era uma das atividades profissionais que gostaria de exercer.

“Manuel” gosta de fotografia e como atividade profissional gostaria de ser fotógrafo.

O jovem “Carlos” gostaria de servir as mesas num restaurante, para conseguir frequentar um curso vocacionado para a restauração.

O “Pedro” gostaria de ser cozinheiro, devido a pandemia ainda não realizou estágio curricular, contudo pela parte mais prática do curso teve a confirmação que era a profissão de cozinheiro que gostaria de exercer.

Considero como uma mais-valia para os jovens a parte do estágio curricular dos cursos que frequentam, pois permitirá aos jovens perceber se realmente é aquela área que num futuro se imaginariam a trabalhar.

É importante quando se escolhe no caso destes jovens o curso, pois já são cursos que orientam já para uma profissão.

É importante exercer uma atividade profissional que se goste, pois torna os jovens mais felizes e realizados.

O jovem “Manuel” “gostaria de ser fotógrafo, mas também gosta de trabalhar no negócio da tia a atender os clientes, a empresa é na área da restauração.

Um dos receios que “Pedro” tem é não conseguir se inserir no mercado de trabalho. Se formos a analisar a taxa de desemprego em Portugal verificamos que a preocupação do jovem poderá ser real, pois em Portugal a taxa de desemprego teve uma subida. Segundo o artigo do Expresso (2022) a taxa de desemprego em Portugal teve em janeiro de 6% em comparação com 2021.

O artigo do Expresso (2022) Portugal em janeiro contabilizou 308,6 mil pessoas em situação de desemprego.

Em conversa com o jovem “Pedro” senti a preocupação do jovem em relação à pandemia, pois o jovem gostava de ser cozinheiro como demonstrado na tabela acima, foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia, o que para o jovem gera um clima de incerteza e insegurança.

De acordo com Giordan (2021), a Covid-19 veio alterar os padrões de rotina e de hábitos de consumo da população mundial.

Devido ao clima de incerteza que foi vivido durante a pandemia, a população começou a ponderar alguns investimentos ou alguns consumos que estivessem a ser pensados.

Segundo Giordan (2021), indica que são profissões que foram mais afetadas pela pandemia, contudo não terminaram, a recuperação poderá ser mais lenta do que os restantes setores. As empresas terão que se esforçar e adaptar-se para haver uma harmonia com as medidas de controlo a pandemia.

Seria importante o técnico consciencializar e preparar o jovem para os desafios do mercado de trabalho.

O técnico deve começar por acompanhar o percurso escolar do jovem, para que o jovem seja já orientado para uma profissão.

O técnico que acompanha o jovem “Ricardo” referenciou que pretendia que o jovem uma vez que o horário das aulas 19 horas as 23 horas, poderia ter um emprego a part-time para ocupar e rentabilizar o seu tempo. Até ao último dia que tive contacto com os jovens verifiquei que o jovem ainda só estudava.

O trabalho segundo Bourdieu (1989), permite a aquisição de capitais, como social, simbólico e económico.

De acordo com Bourdieu (1989), o capital económico, sob a forma dos diferentes fatores de produção de bens ou serviços que posteriormente conferem a aquisição de bens económicos, seja dinheiro ou bens. Este recurso pode ser acumulado e ampliado com recurso a estratégias de investimento económico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.

O capital económico permite aos jovens adquirir bens e produtos que serão úteis para a sua autonomia.

O segundo capital é o social, que segundo Bourdieu (1980), os capitais sociais são adquiridos pelas redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter apoio e recursos provenientes das suas relações sociais. O capital social é adquirido através de ligações estreitas com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e reconhecimento mútuo.

São estas redes sociais (família, clube, escola, etc.) as que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

No caso do contexto de trabalho os colegas podem potenciar capital social, pois as relações entre colegas podem ter mais-valias, como apoio na realização de tarefas.

Como terceiro temos o capital cultural para Bourdieu (1979), a noção de capital cultural surge da necessidade de se compreender as desigualdades de diferentes grupos sociais.

O capital cultural pode-se adquirir através de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc.,

O quarto capital é o simbólico segundo Bourdieu (1979), é adquirido através de diplomas ou um trabalho que confira prestígio e valorização do indivíduo.

Estes capitais serão importantes no processo de autonomia dos jovens, assim o técnico deve procurar que o jovem tenha uma integração positiva no mercado de trabalho.

3.6. A relação da criança/jovem com a família

Os quatro jovens entrevistados no momento de entrevista referiram que têm apoio familiar, ou seja, têm um elemento familiar com o qual podem contar se precisarem de algum apoio.

<i>Jovem</i>	<i>Retaguarda familiar</i>
Ricardo	Pai
Manuel	Madrinha
Pedro	Mãe
Carlos	Tia

Tabela 7: Retaguarda familiar –feita pela própria

Os jovens passam o fim-de -semana com os seus familiares, é importante manter o contacto com a família e deve ser trabalhado junto das famílias dos jovens competências para que se o projeto de vida passar por voltar a família o jovem tenha segurança e confiança para o fazer.

Os jovens “Manuel “e “Carlos” gostam de ir ao fim-de-semana e sentem que os elementos familiares os apoiem se precisarem.

Segundo Green, Liddell, Liddell, & Maunders, (1999); Minge, O’Neill, & Scott, 2005) é imperativo a realização de um trabalho juntos das famílias dos jovens, no sentido de apoiá-las a organizarem-se e potenciar a aquisição de condições que tornem possível o regresso do jovem.

De acordo com Clark, Morton, & Pead (1999); Dupas & Zem-Mascarenhas (2001) os jovens em acolhimento terão contacto com as famílias após a saída institucional, por esse motivo será importante trabalhar no sentido de melhorar as relações familiares com a família de origem e/ou alargada que podem ser um suporte em termos futuros.

Os autores Clark, Morton, & Pead (1999); e Dupas & Zem-Mascarenhas (2001), referem que o contacto com as famílias deve ser promovido, contudo deve ser tido em conta os motivos que levaram o jovem ter sido retirado à família. Em situações em os motivos foram abuso sexual o contacto não deve ser promovido, contudo se forem questões de negligência ao contacto poderá acontecer.

De acordo Minge et al. (2005) o contacto com a família deve ser feito no sentido de preparar a possibilidade de reunificação familiar e fomentar laços familiares, principalmente quando os jovens já estão com longo processo de institucionalização, deve ser prestado apoio terapêutico no sentido de avaliar e melhorar a relação entre pais e filhos.

No sentido de maior sucesso as visitas devem ser planeadas. Neste sentido, as visitas planeadas e agendadas com maior frequência, pois ajudará o jovem a manter a sua identidade e preservação familiar, pois mesmo não podendo viver com os pais, eles continuam a ser vistos como tal, principalmente quando as crianças sentem muitas inseguranças acerca do sítio onde vão e sobre o seu futuro.

O jovem “Ricardo” referiu que queria voltar para casa do Pai, por isso é que o jovem pretende terminar a escolaridade, para que depois possa ir trabalhar e viver junto do progenitor

O técnico referiu que o jovem depois de terminar a escolaridade provavelmente ira para junto dos pais.

A reunificação familiar não terá que ser trabalhada? A responsabilidade parental deve ser trabalhada para que se o jovem regressar a família os problemas/situações que originaram a retirada da saída não voltem a acontecer e o mesmo tenha a espera um ambiente tranquilo e seguro.

De acordo com o Manual de Boas Praticas da Segurança Social (2003), os elementos da família são as figuras de referência durante o percurso de vida das crianças/jovens, até mesmo que no decorrer do percurso de vida vão tendo outras figuras a quem recorrer e de referência. Os técnicos das instituições não podem partir do pressuposto que a criança/ jovem tenha uma nova figura de referência satisfeita e liberta. O jovem poderá ter saudades, sentirá pena e procurará regressar a família.

As crianças / jovens tiveram de deixar família, amigos, conhecidos, pessoas da rua com as quais se cruzava, colegas da escola e das brincadeiras, adultos vários.

As crianças/ jovens abusadas e maltratadas, a figura do abusador, quando sendo do meio familiar, pode gerar vários sentimentos, têm associados sempre sentimentos de afetos e de amor, mesmo que rejeitada e abandonada pelos pais.

3.7. A saída institucional

No âmbito da saída institucional, foi questionado aos jovens de forma estaria a ser pensada a sua saída, três dos jovens referiram que seria ainda cedo pensar nesse momento.

“Pedro” encontra-se já na fase de saída da instituição, ou seja, habita já na sua própria casa, com todas as responsabilidades que isso implica, como por exemplo, as despesas de água, luz e alimentação.

O jovem ainda recebe apoio da instituição, ainda vai a instituição uma vez de semana para se reunir com o técnico.

Na entrevista “Pedro” referiu que a maior dificuldade que sente é na utilização de serviços, ou seja, ir a um local resolver ou tratar de alguma situação.

Outro aspeto que foi identificado pelos quatro jovens foi a gestão de dinheiro, sentem insegurança nessa área.

O jovem “Manuel” referiu que tem receio que quando receber um salário não o consiga gerir, que gaste o seu rendimento todo.

O jovem que reside sem sua casa, “Pedro” sente dificuldade também nessa área, diz que sente insegurança em dividir o dinheiro pelas suas despesas e organizar uma poupança.

O indivíduo para melhorar a sua situação económica e a sua identidade/ personalidade só consegue através do trabalho.

O capital económico proveniente do seu trabalho permite adquirirem bens ou serviços que de outra forma não seria possível.

O trabalho permite melhorar as condições de vida dos jovens, mas também promove o desenvolvimento pessoal, melhorando a sua autoestima, pois permite a sua valorização no meio onde está inserido.

O trabalho permite receberem os seus salários e dessa forma não estarem dependentes de medidas de apoio do Estado.

A gestão económica faz parte da autonomia do ser humano, não deveria ser trabalhada previamente pelas instituições?

Na minha opinião a parte económica é essencial ser trabalhada quando se fala de autonomia.

Sem rendimentos económicos o indivíduo não consegue auto se sustentar e satisfazer as suas necessidades.

Este trabalho com os jovens verifiquei que é insuficiente pois no âmbito dos Workhoops o técnico não deu o dinheiro as jovens, contudo eu trabalhei essa questão com os jovens, expliquei que teriam que ver os preços dos produtos que precisavam, e gerir esses preços, no ato de pagamento expliquei que deve ser pedido fatura com contribuinte e por fim realcei a importância de verificarem a fatura.

Quando se inicia o processo de preparação de autonomia é essencial no trabalho social o técnico compreender quais são os objetivos e sonhos que o jovem pode ter quando sair da instituição.

No âmbito da entrevista foi questionado aos jovens quais os seus sonhos e como idealizavam a sua vida fora da instituição.

A tabela a baixo demonstra as respostas dadas pelos jovens nessa questão, como se poderá verificar é importante os jovens terem objetivos para o seu percurso de vida.

Jovem	Sonhos
Ricardo	Não tem objetivos
Manuel	O seu maior sonho é ter uma vida estável a nível económico e construir uma família
Pedro	O seu maior sonho é a realização profissional, tem o sonho de ser chef de cozinha
Carlos	O seu maior sonho é ter uma vida estável a nível económico e construir uma família

Tabela 8: O sonho-feita pela própria

Segundo Lezana (202) os indivíduos procuram a realização pessoal e profissional, contudo não sabem os meios e forma de atingir.

Os sonhos são o início pensam em estratégias, fórmulas, esquemas e dicas. Na verdade, muitos não se dão conta de que qualquer realização começa com um sonho.

As pessoas falam que querem mudar, que querem mais resultados na vida profissional e pessoal, mas, surpreendentemente, não sonham.

Os sonhos são fundamentais e essenciais para atingir uma vida plena de realizações e felicidade.

Os sonhos trazem saúde para a emoção, equipam o frágil para ser autor da sua história, renovam as forças do ansioso, animam os deprimidos, transformam os inseguros em seres humanos de raro valor. Os sonhos fazem os tímidos terem golpes de ousadia e os derrotados serem construtores de oportunidades.

Verifica-se que a instituição não prepara os jovens para a autonomia de forma suficiente, pois verifica-se ainda ausência de preparação na parte econômica e no trabalho junto das famílias.

O trabalho durante o processo de acolhimento deve ser de acordo com o projeto de vida e que seria construído em conjunto com cada jovem e assim trabalhar em função das necessidades individuais.

O conceito de autonomia, de origem grega, centra-se nas noções de liberdade, independência e autossuficiência, e na capacidade de um indivíduo de tomar decisões sobre a sua própria vida

3.8. Ação de melhoria

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota” (Calcutá)

Neste ponto, vou deixar algumas propostas de como deve ser feita a intervenção na preparação da saída de acolhimento:

- ✓ Realizar um plano de intervenção individual com vista a satisfação das necessidades das crianças/jovens, olhando-o com um ser com fragilidades, mas também com potencialidades;
- ✓ Cada criança é um ser único e deve igualmente ser tratada e entendida como tal; treinar com a criança/ jovem a autonomia ao longo do processo de acolhimento;
- ✓ Envolvimento e participação na vida do jovem nos momentos pós acolhimento;
- ✓ Trabalhar em rede, com o intuito de conseguir abranger maior resposta à criança/ jovem e a si satisfazer de forma mais eficaz as suas necessidades;
- ✓ Trabalhar junto das famílias as responsabilidades parentais e proporcionar relação entre a família e o jovem.

3.9. Paje

Como referi no início deste trabalho referi que a ligação que existe entre os jovens e a instituição cessa quando estes saem. Para além disso, há um escasso número de respostas para jovens ex-institucionalizados, e por essa razão, neste terceiro capítulo irei apresentar a única associação que conheço que presta apoio a jovens ex-acolhidos.

Começo por referir que, “sob a égide do Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social (Unidade de I&D da Universidade de Coimbra – IPCDHS/FCT) foi criada uma Plataforma de Apoio a Jovens Ex-acolhidos – PAJE que pretende promover a inclusão social e laboral de jovens adultos que viveram acolhidos como vítimas prematuras, apoiando em situações burocráticas quotidianas e aconselhamento.” (Plataforma de apoio a Jovens Ex-Acolhidos)

Para além disso, “a Plataforma PAJE propõe-se prestar igualmente apoio (psicológico, jurídico, aconselhamento/counselling, etc.) de forma informal, colocando os conhecimentos e experiência de profissionais voluntários, ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida, restituindo um pouco de justiça” (Plataforma de apoio a Jovens Ex-Acolhidos)

Importa ainda referir que “Em termos práticos, os objetivos desta Plataforma passam por evitar a exclusão, promovendo a inclusão social, laboral, etc., proporcionando apoio também em situações burocráticas do quotidiano (IRS, arrendamento, direitos do trabalho, apoios sociais, procura de emprego/formação, etc.), com a ajuda de voluntários das áreas em causa, que eventualmente criarão laços de confiança e interesse mútuo, concorrendo para um contexto securizante, tão necessário para quem já sofreu abandonos.” (Plataforma de apoio a Jovens ExAcolhidos)

Por fim, “a PAJE é composta por uma equipa multidisciplinar que presta apoio em diversas áreas. Nomeadamente dá apoio aos ex-acolhidos, em situações de desespero, sem situações pontuais (como na realização do IRS, de fazer um Cartão de Cidadão) e situações de continuidade (como aconselhamento e o acompanhamento). Dá apoio às casas de acolhimento, mais concretamente junto dos jovens, dos cuidadores e dos candidatos e realiza também projetos inovadores. E por fim, dá apoio de valor humano, ou seja, mobiliza voluntários, sensibiliza a sociedade, e realiza investigação científica.” (Plataforma de apoio a Jovens Ex-Acolhidos)

Através da leitura realizada sobre a Paje e a audição de testemunhos, verifico que existe um trabalho muito próximo com os jovens ex-acolhidos. Realmente os elementos da equipa Paje criam uma relação de confiança e de ajuda que permite dar segurança aos jovens para o impacto que é viver de forma autónoma e toda a responsabilidade que esse paço tao grande implica.

Todo o ser humano tem medo do novo, do desconhecido e por isso é que considero tao importante o trabalho da Paje, não só pelo facto de ser das poucas associações que trabalha com este público, mas também porque o seu trabalho permite realmente apoiar e melhor o percurso de muitos jovens. Muitas vezes podiam ser de insucesso e de retorno por não ter apoio devido, mas com a Pajé existe maior sucesso de vida nestes jovens.

Conclusão

O presente estudo visou analisar de que forma os jovens percebem a sua experiência na instituição de que forma é preparada a sua saída institucional e como processo de autonomização pode contribuir para o seu sucesso.

Considero deficitário o trabalho das instituições de acolhimento na preparação da saída. Do que pode verificar o trabalho dos técnicos juntos das crianças e jovens não é satisfatório para o jovem sentir segurança e confiança quando sair da instituição.

Segundo Gomes (2010) a passagem para a vida adulta é um marco na vida jovem muito significativo que requer mudanças físicas e psicológicas. Estas mudanças podem gerar sentimentos de incerteza e insegurança, pois o jovem pode considerar que não é capaz de tal mudança.

Se as instituições trabalhassem realmente de acordo com as necessidades sentidas de cada jovem, a saída da instituição seria feita de forma, mas tranquila e harmoniosa para o mesmo.

De acordo com Carmo (2001) a intervenção social tem como objetivo apoiar nas carências sociais existentes, desta forma ajudar o indivíduo a combater obstáculos. A intervenção social visa capacitar o indivíduo no sentido de promover o seu desenvolvimento modo, ou seja, ajudar a encontrar ferramentas que facilitem a mudança de vida e o seu destino.

A instituição deve promover as crianças/ jovens um desenvolvimento saudável, ou seja, contribuir, proporcionar relacionamentos sociais positivos. A figura de vinculação possibilita a criança jovem ter auxílio e prestação de cuidados de forma a dar segurança e sentimentos positivos a mesma. Desta forma a criança pode obter paz em relação ao passado e diminuir os sentimentos negativos sobre o mesmo.

As trajetórias de vida dos jovens não são estáveis, muitas vezes os jovens são retirados da instituição e depois regressão ou mudam de medida de promoção e proteção.

As instituições devem e proporcionar as crianças e jovens, a oportunidade de criação de um melhor presente e futuro.

Segundo Carvalho e Cruz (2015), o acolhimento é uma fase na vida do jovem, até que seja possível uma solução mais estável para as mesmas, para isso as intervenções devem ser planeadas de acordo com as especificidades de cada criança ou jovem, identificando as que necessitam de ser desenvolvidas para que consigam atingir os seus objetivos.

~

De acordo com Barth (2009), a adaptação à vida autónoma depende de fatores internos e externos, como o desenvolvimento de competências de autonomia de vida, a capacidade de acesso a recursos sociais, pessoais e materiais, os níveis de formação de cada jovem, entre outros.

Gomes (2010), considera fulcral o trabalho realizado durante o período de acolhimento no sentido de promover competências para a autonomia, para o jovem ter uma saída com sucesso. Este trabalho deve ser realizado entre o técnico e o jovem, de forma a o alargamento dos seus recursos pessoais, através de apoio na identificação das suas necessidades de forma ativa, com vista a capacitação para a mobilização de recursos.

O processo de autonomia deve ser natural e comum a sua etapa de desenvolvimento, este processo depende da forma que os adultos as estimulam a sua independência.

Quando termina o processo de acolhimento jovem deveria ser acompanhado, contudo os técnicos deparam-se com um sistema que permita trabalhar o acompanhamento pós institucional.

Os jovens depois de saírem da instituição estariam mais protegidos se tivessem um técnico a acompanhar durante um período de tempo.

A meu ver deveria haver um trabalho de acompanhamento após a saída para garantir que o jovem tem salvaguarda as suas necessidades. Após a saída do jovem existe um “rutura” com a instituição, pois a instituição vê como algo que já não é da sua responsabilidade.

Importa ainda referir que senti dificuldade na realização deste trabalho, mais concretamente, na recolha de dados empíricos, pois há pouca informação disponível a nível de dados sobre jovens que saíram das instituições. Para além disso, ao elaborar este trabalho desafiei-me a pensar em propostas de melhoria.

Para este estudo seria útil realizar e mais amostras possíveis de serem estudadas e representadas, pois o tema em análise é muito complexo.

O estudo teve início quando o país enfrentava uma pandemia, o que dificultou os contactos com as instituições e com os jovens, por esse motivo a amostra deste estudo também não é extensa.

Bibliografia

- Ainsworth, M. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Marris (Eds.), Attachment across the life cycle. London: Routledge.
- ALMEIDA, M. B. (2013). O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO DE . Obtido em 16 de abril de 2022, de https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/4831/1/Maria_Betania_Virae_Disserta%3%a7%3%a3o.pdf
- Ainsworth, M. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Marris (Eds.), Attachment across the life cycle. London: Routledge.
- Almeida, H. N. (2016). Gestão de caso e mediação social: abordagens, processos e competências cruzadas na agenda do conhecimento em serviço social. Obtido em 28 de janeiro de 2020, de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/6856>
- Antunes, M. (1991). Implicações da dinâmica escolar na motivação para a aprendizagem e no sucesso escolar - o cenário da aula. (Paris, Ed.) 10, pp Anna, O., Gabriela, M., Iara, S., Isabelle, A., & Mariana, L. (2017). AS SOCIALIZAÇÕES PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. Obtido em 29 de Março de 2022, de <file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Moreira/Downloads/87-Texto%20do%20artigo-557-1199-10-20190221.pdf>
- Anna, O., Gabriela, M., Iara, S., Isabelle, A., & Mariana, L. (2017). AS SOCIALIZAÇÕES PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. Obtido em 29 de Março de 2022, de <file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Moreira/Downloads/87-Texto%20do%20artigo-557-1199-10-20190221.pdf>
- ANQEP, A. N. (s.d.). Cursos de Educação e Formação de Adultos. Obtido em 18 de abril de 2022, de Cursos de Educação e Formação de Adultos: https://anqep.gov.pt/np4/Curso_Educacao_Formacao_Adultos.html
- Barth, R. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. The Journal of evidence Based Practice in Social Work, 6(2), pp. 147-175
- Batista, C. G. (2014). Olhares sobre os (Des)afetos: A perspetiva dos profissionais sobre a institucionalização de crianças e jovens. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.

- Bee, H (1996). A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Berguer, P., & Luckman, T. (1999). A construção social da realidade . Lisboa: Dinalivro.
- Berger, P., & Luckman, T. (2006). A construção social da realidade. Lisboa: Dinalivro. Lisboa: Dinalivro.
- BOURDIEU, P. u (1979). Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.73-79.
- Boivin, M. (10 de Setembro de 2015). Como ajudar as crianças a lidar com bullying ou rejeição dos colegas? Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de EBC: <http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/09/como-ajudar-criancas-lidar-combullying-ou-rejeicao-dos-colegas>
- Boni, V., & Quaresma, S. (Julho de 2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Obtido em 16 de Agosto de 2021, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Brandão, C. R. (1984). Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org), Repensando a pesquisa participante (pp.7-14). São Paulo: Brasiliense.
- Calcutá, M. T. (s.d.). Obtido em 24 de abril de 2022 , de Por vezes sentimos que aquilo que... Madre Teresa de Calcutá - Pensador
- Campos, R. T., & G. W. (2006). Co-construção de autonomia: o sujeito em questão . Obtido em 28 de janeiro de 2020, de [file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Moreira/Downloads/AUTONOMIA%20E%20SA%C3%9ADE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Moreira/Downloads/AUTONOMIA%20E%20SA%C3%9ADE%20(1).pdf)
- Canavarro, M. C. (1999). Relações afectivas e saúde mental: Uma abordagem ao longo do ciclo de vida. Coimbra: Quarteto Editora
- Carmo, H. (2001). A atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, Lisboa
- Carvalho, M. J. & Cruz, H. (2015). Autonomia- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Retirado de https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/BrochuraAutonomia-Final-28_05.pd
- CNPCJR. (2022). Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Obtido em 28 de março de 2022, de Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco: <http://ns1.inr.pt/left.asp?13.02>

- Constituição, d. R. (s.d.). Constituição, da República Portuguesa. Obtido em 28 de março de 2022, de Constituição, da República Portuguesa: <https://www.apfn.com.pt/Noticias/constuicao.htm>
- Correia, M. C. (1999). A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36.
- Dre, D. d. (2019). Diário da república . Obtido em 30 de março de 2022, de Diário da república : <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>
- Dominelli, L. (2004). *Social Work, Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press
- Dupas, G. & Zem-Mascarenhas, S. H. (2001). Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 35(4), 413-9.
- Evertson, C. M & Green, J.L. (1986). Observation as inquiry and method. In M. Wittrock (Ed.), *Handbook of research on teaching*, 162 -230. New York: MacMillan.
- Expresso. (2 de março de 2022). Taxa de desemprego sobe para 6% em janeiro, mas longe dos 7% registados um ano antes. Obtido em 18 de abril de 2022, de A taxa de desemprego em Portugal registou um ligeiro agravamento em janeiro, subindo para 6%. este valor compara com 5,8% em dezembro de 2021. Contudo, comparando com um ano antes, ou seja, com janeiro de 2021 – altura em que o país entrou no seu segundo
- Ferreira, R. C. (Outubro, 2017). *A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de* . INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Giordan, I. (30 de março de 2021). *Revista Quero*. Obtido em 18 de abril de 2022, de 22 profissões mais impactadas com a pandemia em 2021: <https://querobolsa.com.br/revista/22-profissoes-mais-impactadas-com-a-pandemia-em-2021>
- Goffman. (2005). *Instituições Totais*.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Green, S., Liddell, M., Liddell, M., & Maunders, D. (1999). *Young people leaving care and protection*. Hobart: Australian Clearinghouse for Youth Studies. Obtido em 17 de abril de 2022 de http://www.dest.gov.au/NR/rdonlyres/5335E364-1F56-450B-B5D0-4232FBD4BFC1/21817/care_protection.pdf

- Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Estoril: Principia Editora.
- ISS. Instituto da Segurança Social, I. (2003). Manual de boas práticas. Obtido em 15 de abril de 2022, de https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c
- ISS. Instituto da Segurança Social, I. (2019). Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Obtido em 28 de março de 2022, de <https://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>
- ISS. Instituto da Segurança Social, I. (25 de junho de 2021). Obtido em 29 de março de 2022, de <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>
- Lemos, V. (2013). POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO. Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal.
- Lezana, R. (27 de fevereiro de 2020). Importância dos Sonhos na Realização Pessoal. Obtido em 23 de abril de 2022, de Importância dos Sonhos na Realização Pessoal: <https://blog.academiaperspectiva.com/importancia-dos-sonhos-na-realizacao-pessoal/>
- Manual de Boas Práticas. (2003). Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (1995). Designing qualitative research (2nd ed., 78-79. Thousand Oaks: CA. Sage Publications.
- Martins, J. B. (1996). Observação Participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia Escolar. Seminário Ciências Sociais / Humana.17(3), 266-273
- Minge, A., O'Neill, C., & Scott, D. (2005). Contact between children in out-of-home care and their birth families. School of Social Work - University of Melbourne. Commissioned by Centre for Parenting & Research, Funding and Business Analysis NSW Department of Community Services Head Office.
- Peixoto, P. (2017). Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. Educação, 40: 150-159.
- PGDL, P. G. (2018). Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa: <https://www.pgdlisboa.pt/home.php>
- Pinheiro, V., Costa, A., Joel, M., & Sequeira, P. (agosto de 2008). A importância do desporto na vida dos jovens. Obtido em 16 de abril de 2022, de <https://www.efdeportes.com/efd123/a->

importancia-do-desporto-na-vida-dos-jovens-uma-explicacao-para-os-pais.htm

República, D. d. (8 de setembro de 2015). Lei n.º 142/2015. Obtido em 28 de janeiro de 2020, de Lei de proteção de crianças e jovens em perigo: <https://dre.pt/home/-/dre/70215246/details/maximized>

República, D. d. (25 de outubro de 2019). Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. Obtido em 1 de julho de 2022, de <https://dre.pt/home/-/dre/125692191/details/maximized>

Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In L. Albarello et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp.15-47). Lisboa: Gradiva.

Smith, C., & Denton, M. L. (2001). *Methodological issues and challenges in the study of american youth and religion*. Department of Sociology: University of North Carolina at Chapel Hill.

Sousa, C. A. (2013). *Dissertação/relatório/projeto/IPP*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto. Obtido em 23 de abril de 2022, de <file:///C:/Users/Win8.1/Desktop/Tese%20instituições%20sousa.pdf>

Unicef. (s.d.). Unicef. Obtido em 28 de janeiro de 2020 de <https://www.unicef.pt>

Anexo

Anexo 1: Declaração do consentimento informado

Consentimento informado

Eu, _____, ouvi e compreendi a explicação que a aluna apresentou para realizar a entrevista bem como para gravar a mesma. Após a explicação, autorizo a gravação de voz durante a entrevista, com o objetivo de construção da dissertação.

Data:

Anexo 2: Guião de entrevista

Guião de entrevista (Entrevista a crianças e jovens)

Para realizar a dissertação intitulada “ a importância da preparação de um processo de autonomia para o sucesso pós institucional” é necessário conhecer a relação das crianças/ jovens com os vários fatores sociais, que são, a escola; família; instituição de proteção social; grupo de pares; e a habitação, para obter essas informações usarei este guião.

Dados:

Casa de acolhimento	
Local de entrevista	
Data	
Entrevistador	
Idade	

I. A relação criança/jovem com a instituição

1. Em que idade iniciou o processo de acolhimento?
2. Qual foi a pessoa que o recebeu a chegada a instituição?
3. Teve conhecimento do seu projeto de vida? Participou na sua construção?
4. Quantas pessoas habitam na instituição?
5. O seu quarto foi escolhido e decorado por quem?
6. Com quantas pessoas partilha o seu quarto? Se foram sempre as mesmas? Pode escolher os elementos com quem partilha o quarto?
7. Como descreve a relação com os seus colegas? Com a equipa técnica? Com a equipa de auxiliares?
8. Tem alguma pessoa de referência a quem recorrer
9. Considera que a instituição tem boas condições de habitabilidade?
10. O que é que mais gosta e o que menos gosta na instituição?
11. Sente que a instituição tem contribuído para o desenvolvimento das suas capacidades? De que modo?
12. Aspetos que acharia importante serem melhorados na instituição.
13. Aspetos que aprecia acerca do modo de funcionamento instituição.

14. Descreve o dia-a-dia na instituição.

II. Recursos sociais e culturais

1. Quais são as suas habilitações literárias?
2. O que gosta mais de estudar?
3. Gostos e interesses culturais que tem.
4. Pratica ou já praticou alguma atividade desportiva? Já participou ou participa em alguma associação recreativa e cultural?
5. O que gostaria de fazer, em termos de atividades culturais/ desportivas etc ?
6. Nas zonas periféricas da instituição tem facilmente acesso a locais interessantes onde possa passear, conviver conhecer novas pessoas?

III. Inserção socioprofissional:

1. Exerceu alguma atividade profissional? Qual?
2. Que atividade profissional gostaria de ter?

IV. A relação do indivíduo com a família.

1. Mantém relações próximas com familiares (convívio, suporte na realização de tarefas e responsabilidades familiares)?
2. Os seus familiares visitam-no de forma regular? Ou vice-versa?

V. Saída institucional

1. De que forma esta a ser pensada e preparada a sua saída da instituição?
2. Como idealiza a sua vida após a saída da instituição?
3. Quais os seus sonhos?

Muito obrigada!
Patrícia Moreira

Anexo 3: Cronograma dos workshops

CRONOGRAMA

DATA	WORKSHOP	ACTIVIDADE
03/03/2022 19 HORAS	Kitchen` in	• ESOLHA DE RECEITAS SIGNIFICATIVAS; • PROCURA DAS RECEITAS; • REALIZAÇÃO DE LSITA DE COMPRAS; • PROCURA DOS PREÇOS MAIS BAIXOS DOS INGREDIENRES.
9/03/2022 19 HORAS	Kitchen` in	• COMPRA DOS INGREDIENTES; • CONFEÇÃO DAS RECEITAS.
17/03/2022 19 HORAS	EXPLORA-TE	• DEBATE SOBRE TEMAS QUE NO QUOTIDIANO FAZEM PARTE DA NOSSA AUTONOMIA, PARTE DAS DIFICULDAES IDENTIFICADAS PELOS JOVENS.
24/03/2022 19 HORAS	EXPLORA-TE	• EXPERÊNCIA PRÁTICA SOBRE OS TEMAS ABORDADOS; • ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS.
31/03/2022 19 HORAS	EXPLORA-TE	• CONTINUAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS.

Anexo 4: Avaliação da atividade “Kitchen` in”

Avaliação de atividades

Este documento serve para avaliação do **workshop Kitchen` in**.

Esta avaliação é anônima.

Avalia de 1 a 5 os seguintes parâmetros, sendo que 1 muito mau e 5 muito bom:

Assina com um X o valor que consideras adequado.

	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Pertinência da atividade					X
Relação com a dinamizadora					X
Relação com os pares					X
Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia					X

O que mais gostaste da atividade:

Inter

Comentários :

Muito obrigado

Patrícia Moreira

Avaliação de atividades

Este documento serve para avaliação do **workshop Kitchen` in**.

Esta avaliação é anônima.

Avalia de 1 a 5 os seguintes parâmetros, sendo que 1 muito mau e 5 muito bom:

Assina com um X o valor que consideras adequado.

	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Pertinência da atividade				X	
Relação com a dinamizadora				X	
Relação com os pares				X	
Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia				X	

O que mais gostaste da atividade:

Por fazer - k

Comentários :

Tava muito boa a música de fundo

Muito obrigado

Patrícia Moreira

Anexo 4: Avaliação da atividade “explora-te”

Avaliação de atividades

Este documento serve para avaliação do workshop EXPLORA-TE

Esta avaliação é anônima.

Avalia de 1 a 5 os seguintes parâmetros, sendo que 1 muito mau e 5 muito bom:

Assina com um X o valor que consideras adequado.

	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Pertinência da atividade				X	
Relação com a dinamizadora				X	
Relação com os pares			X		
Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia				X	

O que mais gostaste da atividade:

Realizar a atividade natalícia

Comentários :

Muito obrigado

Patrícia Moreira

Avaliação de atividades

Este documento serve para avaliação do **workshop EXPLORA-TE**

Esta avaliação é anônima.

Avalia de 1 a 5 os seguintes parâmetros, sendo que 1 muito mau e 5 muito bom:

Assina com um X o valor que consideras adequado.

	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Pertinência da atividade					X
Relação com a dinamizadora					X
Relação com os pares					X
Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia					X

O que mais gostaste da atividade:

Tudo

Comentários :

Muito obrigado

Patrícia Moreira

Avaliação de atividades

Este documento serve para avaliação do **workshop EXPLORA-TE**

Esta avaliação é anônima.

Avalia de 1 a 5 os seguintes parâmetros, sendo que 1 muito mau e 5 muito bom:

Assina com um X o valor que consideras adequado.

	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Pertinência da atividade				X	
Relação com a dinamizadora				X	
Relação com os pares				X	
Importância da atividade para o projeto de vida de autonomia				X	

O que mais gostaste da atividade:

Tudo

Comentários :

Exatidão, Atividade fixa

Muito obrigado

Patrícia Moreira